



monitorA

**RELATÓRIO SOBRE VIOLÊNCIA
POLÍTICA ONLINE EM PÁGINAS E
PERFIS DE CANDIDATAS(OS) NAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020**



ORGANIZAÇÃO

AZM revista
Mina

INTERNETLAB
pesquisa em direito e tecnologia

Como citar este relatório

REVISTA AZMINA; INTERNETLAB. MonitorA: relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas(os) nas eleições municipais de 2020. São Paulo, 2021.



ESTE RELATÓRIO ESTÁ LICENCIADO SOB UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS CC BY-SA 4.0.

Essa licença permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, remixar, transformar e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial. Para ver uma cópia da licença, visite: https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR

Redação do relatório e pesquisa

Alessandra Gomes ▪ InternetLab
Bárbara Libório ▪ Revista AzMina
Blenda Santos ▪ InternetLab
Catharina Vilela Pereira ▪ InternetLab
Fernanda K. Martins Sousa ▪ InternetLab
Jade Becari ▪ InternetLab
Jamile Santana ▪ Revista AzMina
Mariana Valente ▪ InternetLab

Colaboradores

Francisco Brito Cruz ▪ InternetLab
Heloísa Massaro ▪ InternetLab

Diagramação e design

Estúdio Rebimboca

Apoio



Canada 

Apresentação

O MonitorA é um observatório de **violência política e eleitoral** contra candidatas(os) nas redes, um projeto da **Revista AzMina** e do **InternetLab**, com parceria do **Instituto Update**. A ferramenta de análise de dados foi desenvolvida pelo **Volt Data Lab** e os glossários de termos pesquisados foram desenvolvidos pela pesquisadora em discurso de ódio **Yasmin Curzi**.

Pelo InternetLab, o MonitorA é uma das frentes do projeto Reconhecer, Resistir e Remediar, uma parceria com a organização indiana **IT for Change**, financiada pelo **IDRC** (International Development Research Center), para pesquisar manifestações e problemas no enfrentamento ao **discurso de ódio online contra mulheres** no Brasil e na Índia.

O observatório coletou comentários relacionados a candidatas e candidatos aos cargos do executivo e legislativo municipal durante as Eleições de 2020, nas plataformas do Twitter, YouTube e Instagram. Neste relatório, organizamos os dados coletados entre os meses de setembro e novembro de 2020, **a fim de que possamos contribuir para a formulação de medidas que previnam e busquem erradicar a violência política, antes, durante e depois do período eleitoral.**



É um instituto sem fins lucrativos que combate os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras. Produz revista digital, mantém App de enfrentamento à violência doméstica, e usa ferramenta de monitoramento dos direitos das mulheres no Congresso Nacional, além de realizar campanhas para combater a violência contra a mulher no Brasil.

Saiba mais: azmina.com.br/instituto-azmina/

INTERNETLAB pesquisa em direito e tecnologia

É um centro de pesquisa em direito e tecnologia. Desenvolve pesquisas em temas de direitos humanos e tecnologia, orientados a incidência em políticas públicas, e publica livros, relatórios, artigos e guias. Trabalha no tema de violência de gênero na internet desde a sua fundação, bem como aborda questões voltadas às mulheres e privacidade e ativismo feminista online.

Saiba mais: internetlab.org.br

Índice

Sumário executivo	5
1. Violência política, gênero e internet	10
O que caracteriza a violência política de gênero?	14
Violência política, discurso de ódio, ofensas e xingamentos: os diferentes conceitos e seus usos.....	17
2. Metodologia	19
A coleta em números	21
Quais candidaturas foram monitoradas?	21
Parceiros	22
Monitoramento e coleta dos dados.....	22
Limitações da metodologia.....	24
3. Os dados encontrados	25
Primeiro turno	27
Conteúdos locais (1º turno).....	32
Segundo turno.....	33
Conteúdos locais (2º turno)	40
4. Operacionalização de marcadores sociais da diferença em casos específicos	42
Articulações entre gênero e raça	43
Diferentes masculinidades em jogo	47
Biologização dos corpos e transfobia.....	53
5. Legislação e violência política	56
6. Recomendações	59
7. Matérias produzidas pelo MonitorA	68
8. Impacto	73
9. Referências	80

Sumário executivo

O ano de 2020 inaugurou um novo momento em termos de políticas e eleições no Brasil. Isto porque, a pandemia de SARS-COV 2 refletiu diretamente nas eleições municipais de 2020, demandando a transformação e o desenvolvimento de novas estratégias de campanhas. Para se adequar às novas recomendações sanitárias, candidatas(os) precisaram se reinventar na Internet já que, em muitos casos, **a realização de atividades online foi a única opção para debater propostas e interagir com os eleitores durante o processo eleitoral.**

O engajamento de candidatas(os) e eleitores nas redes, por outro lado, não é algo recente. Nas eleições gerais e presidenciais de 2018, o Brasil presenciou o fortalecimento do uso da Internet e de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) durante as campanhas eleitorais, o que resultou também no aumento da disseminação de **desinformação e de discursos de ódio com motivações político-ideológicas.** Tais dinâmicas se mantiveram e se ampliaram durante as eleições municipais de 2020, reforçando práticas de **violência política.**

A **violência política de gênero** é um fenômeno que atravessa fronteiras, e, o seu combate, sanção e prevenção está previsto em legislação internacional. Compreendida como **qualquer ação, conduta ou omissão baseada em gênero, que tenha o objetivo de intimidar, anular, impedir, chantagear, abusar ou restringir direitos políticos,** a violência política se direciona de forma bastante específica a determinados grupos sociais marcados socialmente por gênero, raça, sexualidade, geração etc., impactando especialmente o exercício da vida política **de mulheres, pessoas negras, idosos(as) e LGBT+.**

Nesse sentido, o MonitorA nasce com a intenção de acompanhar o pleito de 2020, atentando-se **ao modo como a internet é utilizada pelas(os) candidatas(os) e pelas(os) eleitoras(es) e, ao mesmo tempo, questionando como diferentes conflitos sociais podem atravessar e constituir o pleito.**

METODOLOGIA

Compreender de que forma a violência política se insere na Internet durante as eleições municipais de 2020 requer não apenas a identificação de gênero, mas a articulação desse a outros marcadores sociais da diferença, a partir de uma **perspectiva interseccional.** Cientes disso, selecionamos 175 candidaturas – entre mulheres e

homens – aos cargos de vereança, prefeitura e vice-prefeitura em 13 estados de todas as regiões do Brasil. As candidaturas foram escolhidas observando distintos pertencimentos identitários (raça/etnia, sexualidade, geração, classe social etc.) e diferentes espectros político-ideológicos (direita, centro e esquerda).

A análise foi realizada a partir de monitoramento das candidaturas nas plataformas **Twitter, Instagram e YouTube**, durante o período de 27 de setembro a 29 de novembro de 2020, em 2 fases (primeiro turno e segundo turno), utilizando diferentes técnicas e plataformas de coleta de dados. Dessas coletas, extraímos **1.610.932 tuítes, 632.170 publicações no Instagram e 50.361 comentários no YouTube**. Em razão do grande volume de dados, elaboramos a metodologia em sete etapas, que foram realizadas de forma colaborativa ou individual por AzMina, InternetLab, Volt Data Lab e pela pesquisadora em discurso de ódio Yasmin Curzi. Contamos também com a parceria de veículos jornalísticos na Bahia (Marco Zero Conteúdo), Minas Gerais (BHAZ), Pará (Amazônia Real), Santa Catarina (Portal Catarinas) e São Paulo (Agência Mural).

OS DADOS ENCONTRADOS

A instrumentalização de noções de moralidade para a prática da violência política online se apresentou de forma frequente em todas as redes sociais. Contudo, verificamos que **o comportamento dos usuários em relação às candidaturas se diferencia no Twitter, no Instagram e no YouTube**, sendo que no Twitter, devido à sua arquitetura aberta e às limitações que tivemos na coleta em outras plataformas, os comentários ofensivos e ataques às candidatas apresentaram-se de forma mais visível. Diante dessas especificidades, chegamos às seguintes conclusões:

- Na análise dos dados do primeiro turno, quantificamos e evidenciamos que a violência política se direciona majoritariamente e de modo recorrente aos perfis femininos, em alusão aos seus corpos, intelectualidade e aspectos morais. **Ofensas morais, gordofobia e descrédito** foram os três principais tipos de ofensa mais endereçados às candidatas. Tais ofensas não se relacionam apenas à condição de mulher, mas se articulam também às desigualdades de raça, geração, sexualidade e à ideologia política.
- Durante o segundo turno, essas dinâmicas ganharam novos desdobramentos e os ataques, que a princípio eram direcionados em sua maioria às candidatas mulheres, **se estenderam às suas apoiadoras**, com conteúdos ainda mais violentos, ofensivos e sexistas.

- Percebemos ainda, ao separar algumas candidaturas e analisar somente tuítes de teor ofensivo, que o racismo operou a partir de diferentes facetas no modo como Benedita da Silva (PT) foi atacada. Animalização do seu corpo, negação da sua identidade racial, associação direta entre feiúra e negritude foram algumas das formas de discursos racistas aparecerem.
- No que diz respeito às diferentes masculinidades, observamos que os homens são, majoritariamente, xingados pelos usuários que os consideram maus gestores ou ideologicamente equivocados. Houve mudanças nesse tom, entretanto, quando analisamos tuítes direcionados ao Eduardo Suplicy (PT), em razão da idade do candidato; e ao candidato William de Lucca (PT), que recebeu comentários LGBTfóbicos, deslegitimando-o enquanto figura política.
- A transfobia também se fez presente a partir de discursos que negavam a identidade de gênero e reforçavam a biologização dos corpos. Thammy Miranda (PL) e Erika Hilton (PSOL) foram alvo de discursos de ódio que tentavam invalidar a presença do candidato e da candidata tendo como base o fato de ambos serem pessoas trans.

A partir do monitoramento e análise dos dados, corroboramos as pesquisas que indicam que a **violência política** permeia e constitui o cenário político brasileiro, desenhando-se, portanto, a partir de ações constantemente presentes nos pleitos eleitorais e fora deles. Compreendemos, assim, que, se por um lado essas práticas acontecem se baseando em desigualdades que pré-existem ao cenário eleitoral — tais como as desigualdades de gênero, étnico-raciais, LGBTfóbicas e etárias —, por outro lado, a **disseminação de discursos de ódio e de outras formas de violência que ocorrem na esfera online** contribuem para reforçar noções que sustentam a **hierarquização entre diferentes grupos sociais**.

LEGISLAÇÃO E VIOLÊNCIA POLÍTICA

O Brasil é signatário e ratificou diversos tratados internacionais sobre a violência contra a mulher, além de possuir uma das legislações mais avançadas do mundo nessa temática. A fim de analisar essas dinâmicas, o projeto d’AzMina, **Elas no Congresso**,¹ tem monitorado Projetos de Lei (PLs) em tramitação no Congresso Nacional que tratam sobre os direitos das mulheres. Especialmente nos projetos que tratavam da

participação política das mulheres, **entre 2014 e 2019, apenas três projetos falavam sobre violência política.**

Em 2020, em razão das eleições municipais e do aumento de casos de violência política, esse cenário apresentou uma **expressiva mudança** e cinco PLs foram apresentados por parlamentares. Compreendemos que alguns desses projetos necessitam de ampla discussão e melhor adequação às diferentes dimensões da violência política, inclusive observando a sua dimensão digital e as políticas de proteção e punição. No entanto, de maneira geral, os projetos sinalizam um **avanço na discussão** sobre a violência política no Brasil.

RECOMENDAÇÕES

Aqui, alertamos que, ao reforçar hierarquizações historicamente construídas por meio de discursos de ódio online, nós podemos estar diante de uma expansão de pensamentos que alimentam a percepção de que alguns corpos e modos de existência são inferiores, o que os tornariam, desse ponto de vista, seres ilegítimos para ocupar postos políticos. Diante disso, compreendemos a urgência em desenvolver e fortalecer estratégias especializadas para discutir e resolver tais questões.

Como forma de contribuir para o tema ser considerado por diferentes setores, reunimos, a partir de um olhar direcionado aos grupos historicamente subalternizados, **8 recomendações** que nos permitem vislumbrar um caminho de **combate, prevenção e acompanhamento de violência política.**

Legislativo

1 Aperfeiçoamento e adequação da legislação ordinária e eleitoral para o enfrentamento da violência política

Judiciário

2 Aplicação de legislação que verse sobre violência política, antirracismo e antiLGBTfobia na Justiça Comum e Eleitoral

3 Criação de unidades especiais ou forças-tarefa dedicadas ao enfrentamento da violência política no âmbito do Ministério Público

4 Aprimoramento dos canais de denúncia e fiscalização antes, durante e após o processo eleitoral

Executivo

- 5 Incluir representação da Sociedade Civil, do Setor Privado, do Legislativo e do Judiciário em debates sobre Internet, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e violência política

Plataformas e Provedores de Aplicação de Internet

- 6 Facilitar a denúncia, melhorar a resposta, aprofundar a transparência quanto a atividades de moderação de conteúdo e melhorar ferramentas de controle de experiência

Sociedade Civil

- 7 Ampliar o rol de pesquisas interdisciplinares e interseccionais sobre as dimensões da violência política
- 8 Criar e fortalecer redes sobre eleições e violências (política e eleitoral, de gênero, de raça etc.)

Temos convicção, também, de que a superação dessas violências só se dá de forma completa mediante profundas mudanças estruturais e culturais no que diz respeito às desigualdades de gênero. Nosso objetivo, ao apresentar essas recomendações, não é apontar caminhos ou respostas definitivas e sim contribuir para a mitigação de riscos, identificação de padrões, encontro de denominadores comuns e ponderação acerca das melhores estratégias para o presente e futuro da democracia brasileira. ■■■



1



VIOLÊNCIA POLÍTICA, GÊNERO E INTERNET



O CENÁRIO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS de 2020 foi marcado por pelo menos dois importantes acontecimentos. O primeiro deles foi a pandemia da **SARS-COV 2** que demandou novas compreensões acerca do uso de **ferramentas da internet** pelas candidatas e candidatos, visto que **as campanhas encontraram barreiras nas recomendações sanitárias para ocorrer presencialmente**. O segundo foi o fato de as eleições de 2020 serem as primeiras a ocorrer após os fortes impactos causados pela **polarização e violência política presente nas eleições de 2018²** – incluindo o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) do Rio de Janeiro, até este momento não esclarecido pela Justiça.

Diante disso, os limites postos pela pandemia levaram algumas candidaturas a utilizar de forma bastante criativa as redes sociais – em alguns casos, aproximando-se dos eleitores a partir de caminhos anteriormente pouco explorados,³ o que incluiu encontros de pré-campanha online,⁴ organização de lives para apresentação de propostas, lives de artistas em apoio a candidatas(os)⁵ e até mesmo lives em que um candidato jogou um game online com um *influencer* digital.⁶

O maior uso da internet significou também o crescimento de ataques virtuais. Segundo dados da *Fortinet Threat Intelligence Insider Latin America*,⁷ o número de ataques virtuais cresceu no Brasil durante a pandemia. Foram cerca de 2,6 bilhões em apenas 3 meses de monitoramento. O país está em 3º lugar no ranking das nações com maior número de crimes na internet.

É essencial sublinhar que o debate sobre a influência da internet no desempenho das eleições não é novo. O contínuo declínio do protagonismo da radiodifusão e da imprensa que ocorreu, simultaneamente, ao fortalecimento do uso de plataformas e aplicativos de mensageria instantânea para campanhas políticas vêm sendo significativo já há algum tempo, o que passou a ser observado com mais atenção, no Brasil, a partir das eleições de 2018.⁸

A novidade no cenário da **pandemia** foi, portanto, o fato de a **internet**, em diferentes situações, ser a **única opção** para que as(os) candidatas(os) pudessem se aproximar de suas(seus) eleitoras(es), o que gerou a necessidade de observarmos os **jogos democráticos** a partir de novos contornos.

Nesse sentido, é necessário destacar que o crescimento dos debates sobre a importância da internet como meio de comunicação durante o período eleitoral se deu, ao mesmo tempo em que tínhamos um movimento de ascensão de posicionamentos políticos que se colocavam a partir de fortes polarizações no contexto político e social brasileiro.⁹

Em 2018, um dos principais pontos abordados durante as eleições direcionava-se ao questionamento da legitimidade dos debates sobre **igualdade de gênero**. Para parte da população e dos políticos brasileiros, pensar em uma sociedade equânime, no que tange aos **direitos de homens e mulheres**, soava como uma afronta à constituição familiar e à manutenção da fé. Deslegitimações semelhantes eram também direcionadas às pessoas negras e LGBT+ que temiam, devido ao recrudescimento do conservadorismo, ter seus direitos minados.

Ainda que os posicionamentos contra a igualdade de gênero não sejam algo restrito ao Brasil, ocupando espaços em outros países por serem parte de uma agenda global, aqui, assistimos a uma intensificação dessa oposição, que veio acompanhada de ameaças a valores e princípios “como pluralidade, laicidade, proteção a minorias, direito à livre expressão e à oposição”,¹⁰ que se iniciaram nas eleições de 2018 e se estenderam nas tomadas de decisões do governo federal atual.

A mudança de narrativa, no que diz respeito aos direitos das mulheres e à equidade de gênero, construída em diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais nas últimas duas décadas, pode ser facilmente ilustrada a partir da dissolução da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ambas criadas em 2003, e substituídas pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Diante desse contexto e do contínuo aparecimento de eventos que perpetuavam casos de violência política, aqueles e aquelas que acompanharam as eleições de 2020 **direcionaram o olhar para o modo como a internet seria utilizada pelas(os) candidatas(os) e pelas(os) eleitores(as) e, ao mesmo tempo, questionaram como diferentes conflitos sociais poderiam atravessar e constituir o pleito.**

A elaboração do *MonitorA* se deu então a partir da compreensão de que é essencial identificar o modo **como a violência política acontece nos processos eleitorais**. Isto porque, ainda que a violência seja constitutiva das relações sociais e faça parte da cultura política, não devendo ser pensada apenas como uma exceção às regras,¹¹ **os conflitos políticos merecem bastante atenção**, especialmente quando consideramos as candidaturas de pessoas pertencentes a grupos sociais lidos historicamente como subalternos. Estes grupos têm figurado como **alvos frequentes de práticas violentas que buscam distanciá-los da esfera política, seja na internet ou fora dela.**

A necessidade de acompanhar a dinâmica das eleições de 2020 e a preocupação relacionada à possibilidade de crescimento da violência política trouxe à tona diversas iniciativas que tinham como objetivo acompanhar as denúncias de violência política no pleito de 2020. Destacamos aqui as iniciativas do Instituto Marielle Franco, que produziu a pesquisa [A Violência Política Contra Mulheres Negras: Eleições 2020](#),¹² realizada com 142 candidatas negras de 21 estados do Brasil, e o [TRETAqui](#), projeto que recebe denúncias sobre discurso de ódio na internet durante as eleições e produz materiais para a proteção de direitos durante o processo eleitoral. Destacamos ainda o relatório produzido pela Terra de Direitos e pela Justiça Global, intitulado [Violência Política e Eleitoral no Brasil: Panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020](#)¹³ e a newsletter [Eleições Municipais 2020](#) da ONU Mulheres, em parceria com a União Europeia, que apresenta informações relevantes sobre a participação feminina nas últimas eleições, além de abordar o tema violência política e divulgar eventos e iniciativas relevantes acerca da problemática.

A tentativa de silenciamento, bem como distanciamento de mulheres, pessoas negras e LGBT+, tem suscitado importantes reflexões sobre como a **estrutura democrática brasileira é posta em risco** quando a representatividade de distintos grupos sociais é ameaçada. Isso se deve ao fato de o distanciamento destes grupos **reforçar desigualdades pré-existentes** ao processo eleitoral. Desse modo, **compreender a maneira como o uso da internet impacta e influencia a violência política** nos permite delinear a relação entre **a construção da democracia e da desigualdade**.

Ao pensar nesta relação, questionamos: **como o uso da internet tem sobreposto e potencializado as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira?**

O que caracteriza a violência política de gênero?

O fenômeno da violência política tem sido tematizado por diferentes pesquisadoras(es) e organizações ao redor do mundo. Fischer, em 2002, definiu-a como “qualquer ato ou ameaça aleatória ou organizada para intimidar, ferir fisicamente, chantagear ou abusar de uma parte política interessada na tentativa de determinar, atrasar ou de outra forma influenciar um processo eleitoral”. A princípio, portanto, **qualquer candidato ou político pode ser vítima de violência política**; o que observamos, no entanto, é que as **ações violentas se direcionam de forma bastante específica, e produzem seus efeitos em especial para mulheres, pessoas negras e LGBTQ+.**

A violência política, quando ocorre no momento das eleições, tem sido categorizada como “violência eleitoral”. De acordo com Lauris e Hashizume,¹⁴ a **violência eleitoral** acontece de forma mais pontual, acompanhando os calendários oficiais das campanhas, e está relacionada com as disputas entre candidaturas, partidos políticos e coligações. O seu principal objetivo é **influenciar os resultados das eleições, perturbando a dinâmica que se estabelece entre as(os) candidatas(os)**. Por essa razão, mecanismos formais de “gestão, fiscalização e controle eleitoral dos territórios”¹⁵ são fundamentais para que o fenômeno seja prevenido e barrado.

A necessidade de atenção especial aos casos de violência política contra mulheres levou, em 2015, a Organização dos Estados Americanos (OEA) a adotar a [Declaração sobre a Violência e o Assédio Político contra as Mulheres \(2015\)](#). De acordo com este documento, a violência política contra as mulheres pode incluir **qualquer ação, conduta ou omissão baseada em seu gênero, de forma individual ou grupal, que tenha o objetivo de anular, impedir ou restringir seus direitos políticos. Esse tipo de violência também impede que as mulheres sejam reconhecidas como sujeitos políticos e desencoraja o exercício e a continuação de suas carreiras políticas.**

Se durante o século XX o interesse da comunidade internacional residia em garantir que as mulheres pudessem votar e ser votadas, o que resultou na [Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher \(1953\)](#), na virada para o século XXI novos desafios surgiram e a preocupação se converteu em como garantir que as mulheres não sofressem violência política. Nesse contexto, diversos instrumentos legais internacionais foram adotados, a exemplo da [Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as Mulheres na Vida Política \(2017\)](#). A Lei Modelo compreende que a **violência política contra as mulheres pode ocorrer em diversos espaços, inclusive dentro dos partidos políticos, nos meios de comunicação e nas redes sociais**. Especialmente nas redes sociais, segundo a Relatora Especial da ONU sobre [Violência Online contra Mulheres e Meninas \(2018\)](#), Dubravka Simonovic, a violência política contra as mulheres pode levar à **redução de sua presença online, à sua retirada da vida pública e ao prejuízo do exercício da democracia e da boa governança, criando um déficit democrático**.

O impacto de discursos violentos que se direcionam às candidatas e/ou mulheres que atuam na política está ligado ao fato de as mulheres, por causa de hierarquias de gênero sociais e históricas, serem normalmente atacadas com base em argumentos ligados a diferentes **noções de moralidade**. Ataques morais, como veremos adiante, buscam ofender as mulheres por suas vestimentas, corte de cabelo, vida familiar, aspectos corporais, relações afetivo-sexuais, suposições sobre serem ou não boas mães, além de estabelecer associação direta entre posicionamento político-ideológico e outros comportamentos que são esperados de cada uma delas.

Não é suficiente, entretanto, apenas sinalizar o tipo de violência ao qual as mulheres estão mais vulneráveis, é preciso demonstrar de que **forma as práticas violentas se direcionam às mulheres pelo fato de elas serem mulheres**.¹⁶ A compreensão de como se dá essa violência concretamente é, sobretudo, central pelo fato de as mulheres serem **sujeitos sociais marcados não só pelo gênero, mas por raça, classe social, geração e sexualidade**.

A partir de uma **perspectiva interseccional**, na qual consideramos a necessidade de articular gênero a outros marcadores sociais da diferença, fizemos **monitoramento online** de candidatas e candidatos de diferentes perfis, montando um conjunto que nos permitisse observar o modo como **feminilidades e masculinidades** diversas são operacionalizadas em discursos que visam **ofender, chantagear, e, de modo amplo, violentar psicologicamente sujeitos políticos no contexto das eleições**. Abaixo, detalhamos como essa escolha foi feita.

Inicialmente, os estudos e o ativismo relacionados à compreensão de como a condição das mulheres na sociedade se dava diferentemente da condição dos homens partiam de um pressuposto que **universalizava** a categoria “mulher”, não abrindo espaço, portanto, para que **múltiplas vivências** fossem consideradas. No decorrer das décadas de 1980 e 1990, mulheres negras, mulheres do então chamado Terceiro Mundo e mulheres lésbicas passaram a reivindicar mudanças teóricas e políticas a fim de que suas **experiências** também se colocassem sob a égide do feminismo. Nesse cenário, ocorreu a recuperação de importantes teóricas e ativistas negras que já pensavam **raça, gênero e classe social de forma articulada** e, ao mesmo tempo, novas teorizações se construíram na tentativa de compreender tais articulações. Na esteira de estudiosas de gênero que defendem uma **perspectiva interseccional**, tais como Kimberlé Crenshaw, Patrícia Hill Collins, bell hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Anne McClintock, aqui, compreendemos que os marcadores sociais da diferença podem ser entendidos como **marcas que atravessam os corpos dos sujeitos, informando a maneira como serão lidos e como ocuparão posições sociais**. Essas marcas, entretanto, não podem ser somadas ou encaixadas como “peças de lego”, elas devem ser articuladas entre si, abrindo espaço para que possamos notar a forma de essas intersecções ocorrerem situacionalmente.¹⁷

Violência política, discurso de ódio, ofensas e xingamentos: os diferentes conceitos e seus usos

A violência, conforme apontado por diferentes teóricos,¹⁸ não é um conceito dado, mas construído e disputado social, histórico e culturalmente. Nesse sentido, as tentativas de categorização de tipos de violência ocorrem quando buscamos nomear e, a partir daí, prevenir e combater situações que prejudicam a forma como diferentes grupos convivem socialmente.

Se a compreensão do que é violência vai sendo construída e disputada politicamente, isso também significa que, em alguns momentos, algumas práticas violentas poderão ser lidas a partir de diferentes categorias que foram criadas. Ao mesmo tempo, significa que algumas dessas categorias precisam ser pensadas conjuntamente para que possamos compreender alguns fenômenos sociais específicos, o que pode nos levar, portanto, a lidar com diferentes conceitos de violência simultaneamente.

Conforme será percebido no decorrer deste relatório, fazemos uso de alguns **conceitos que são intercambiáveis em algumas situações**, o que está relacionado ao fato de alguns deles se relacionarem com desigualdades que estruturam a sociedade. Por essa razão, a **violência política**, por exemplo, pode se articular com o **racismo**, o **etarismo** e a **LGBTfobia**. Em outras situações, serão observadas articulações entre **violência política** e **discurso de ódio**, conceitos diferentes, mas que podem se interseccionar.

Ainda que compreendamos que esses conceitos se atravessam e se articulam, entendemos também a importância de **nomear cada uma dessas práticas**, pois ao nomearmos abrimos a possibilidade de que cada uma delas seja devidamente **pensada, prevenida e combatida**. Organizamos, assim, algumas diferenciações que poderão guiá-la(o) no decorrer desta leitura.

- O conceito de **violência política** adotado, por exemplo, pela Lei Modelo Interamericana engloba qualquer ação, conduta ou omissão de caráter físico, sexual, psicológico, moral, econômico ou simbólico, que prejudique ou anule o gozo, exercício ou reconhecimento de direitos políticos. Há sobreposições entre esse conceito e o de **misoginia** (hostilidade direcionada a mulheres pelo fato de serem mulheres)¹⁹ quando a **violência política é dirigida às mulheres**.
- Podemos pensar também na articulação entre **violência política** e **discurso de ódio**. O **discurso de ódio**, por sua vez, é compreendido como qualquer ato discursivo que tenha como **objetivo intimidar e instigar o ódio**.²⁰ A intimidação e discriminação, no entanto, não

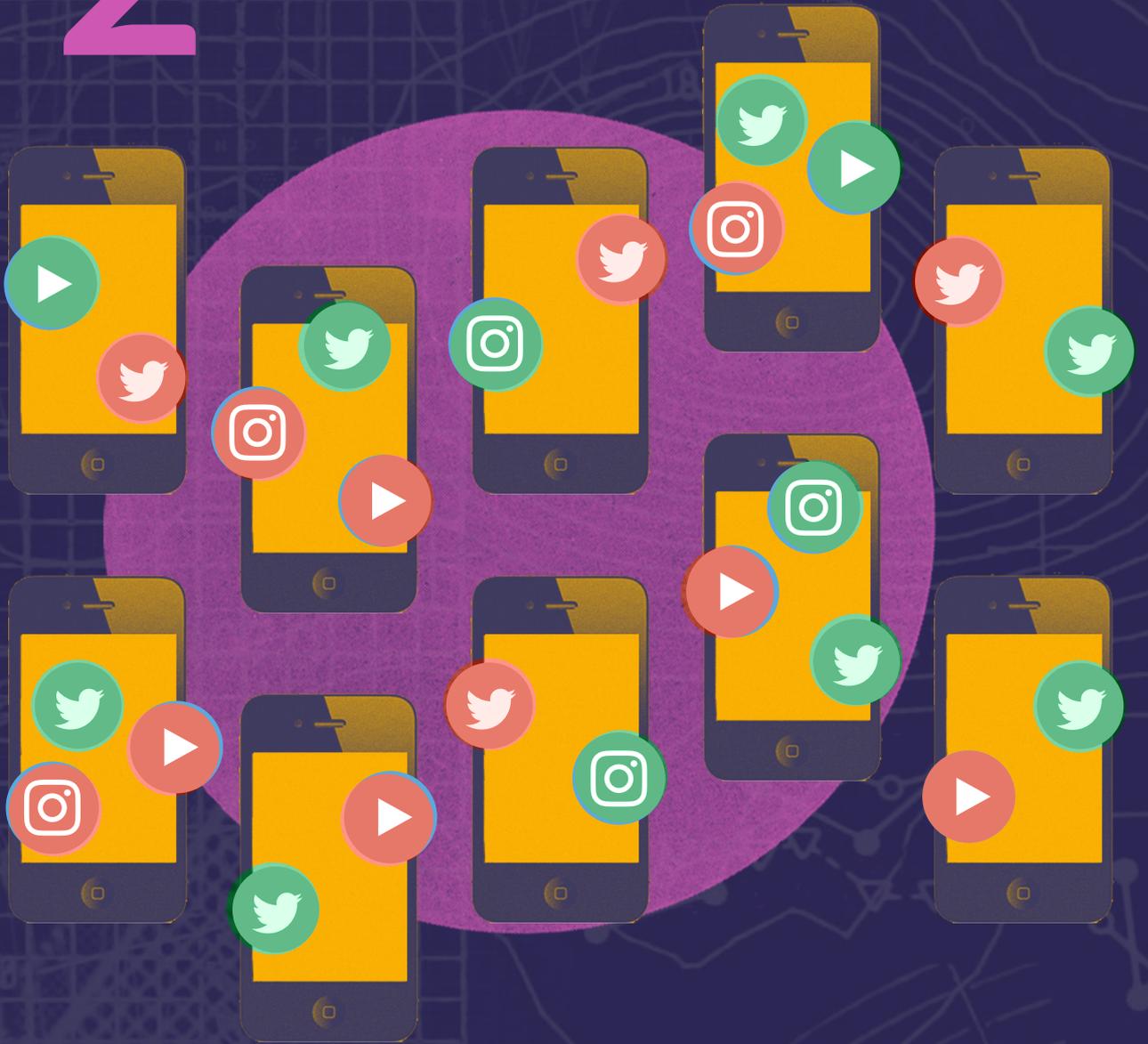
se direcionam a qualquer grupo social, mas àqueles que ocupam historicamente lugares sociais marginalizados, o que está em jogo, portanto, é a **afirmação e/ou a reafirmação histórica da inferioridade de alguns grupos sociais em relação a outros tidos como superiores**. Vale dizer que **não existe, no Brasil, uma definição jurídica de discurso de ódio**, embora esses atos sejam definidos e criminalizados quando dizem respeito à raça, etnia, religião e procedência nacional pela Lei 7.716/89.²¹ Além disso, é importante enfatizar que o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a lei se estende para casos de LGBTfobia (Mandado de Injunção n. 4733²² e ADO 26²³).

Quando localizamos o debate **sobre discurso de ódio na internet**, é importante destacar a importância que as plataformas têm e tiveram, nos últimos anos, para a forma como essa questão tem sido incorporada pelos debates dos movimentos sociais e da sociedade civil. Observamos, nos últimos anos, que as redes sociais têm criado maneiras de regular conteúdos considerados como “discurso de ódio”.²⁴ No contexto eleitoral, no entanto, ainda que tenhamos observado iniciativas de contribuição entre as plataformas e o TSE,²⁵ nossa pesquisa aponta para a importância de tecer questionamentos relacionados ao quanto **essas regulações têm observado e monitorado o fenômeno da violência política e eleitoral que, majoritariamente, são práticas direcionadas a grupos socialmente marginalizados**.

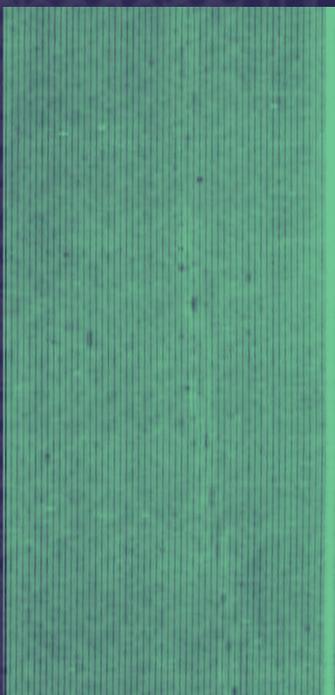
Assim, discursos de ódio são uma forma de violência política, quando se relacionam com direitos políticos. Falaremos aqui, também, de xingamentos, ofensas e ataques: palavras genéricas usadas com frequência para se referir a esses fenômenos, mas que não encontram um correspondente nem na legislação, nem nos termos de uso das plataformas. Essas manifestações, quando expressam ódio, desprezo ou diminuição por uma pessoa pertencer a grupos sociais marginalizados, podem ser entendidas como discurso de ódio. Neste relatório, não fazemos essa classificação, ou avaliações sobre a licitude dos conteúdos coletados em cada caso particular; o conjunto dos resultados vai apontar, no entanto, para uma articulação desses fatores. ■■■



2



METODOLOGIA





FORAM SELECIONADOS 175 PERFIS de candidaturas, entre mulheres e homens, de todas as regiões do país. A seleção foi feita com base no critério de **identidades múltiplas**. Escolhemos candidatas(os) que se distribuíssem entre diferentes pertencimentos étnico-raciais, idades, identidade de gênero, orientação sexual, regionalidades e posicionamentos ideológicos diversos.

O monitoramento foi realizado por meio da coleta de postagens, de comentários e de outras interações realizadas pelos usuários, no **Twitter, Instagram e YouTube**. A coleta foi realizada de forma automatizada, por meio de programação com linguagem Python, e todos os dados coletados foram armazenados no formato **CSV**.

De acordo com o perfil das candidaturas, desenvolvemos também um léxico de **termos ofensivos** — palavras e termos frequentemente usados em discursos de ódio sexistas nas redes, elaborados a partir de experiências anteriores de pesquisa e refinados a partir dos dados coletados nesta pesquisa. Esse léxico foi utilizado para filtrar os resultados obtidos, para estudo aprofundado dos discursos violentos direcionados às candidatas e aos candidatos, os perfis dos ataques e as estratégias utilizadas.

Desenvolvida em diferentes etapas, a metodologia foi realizada da seguinte forma:

ETAPA DA METODOLOGIA	RESPONSÁVEL
Escolha das candidaturas monitoradas	InternetLab
Elaboração do glossário de termos ofensivos	Yasmin Curzi
Captura dos dados nas plataformas do Twitter, Instagram e YouTube	InternetLab
Limpeza dos dados	Volt Data Lab
Criação da plataforma de visualização	Volt Data Lab
Análise dos dados	AzMina + InternetLab
Publicação de conteúdo jornalístico	AzMina + InternetLab

A coleta em números



Quais candidaturas foram monitoradas?

Ao todo, foram selecionadas **147 candidatas mulheres** que concorreram a cargos de **vereadoras, prefeitas e vice-prefeitas**, de partidos políticos que se situam em **espectros ideológicos de direita, centro e esquerda**.²⁶ Como mencionado anteriormente, elas também têm diferentes pertencimentos identitários: são negras, brancas, indígenas, heterossexuais, lésbicas, bissexuais, religiosas, cissexuais e transexuais, entre outras. Buscamos, também, diversidade nas pautas políticas que elas tratavam prioritariamente, quando era o caso.

Selecionamos ainda **28 candidaturas masculinas** com o objetivo de utilizá-las como **parâmetro comparativo** e, ao mesmo tempo, investigarmos como os discursos violentos poderiam ser direcionados aos homens em diálogo com as **diferentes masculinidades** que eram acionadas. Apesar de a quantidade de homens monitorados ser menor, seus perfis também foram selecionados a partir de critérios de multiplicidade no que diz respeito aos partidos, cargos pretendidos e perfis sociais. Eles são heterossexuais, cissexuais e transexuais, de espectros ideológicos de direita, centro e esquerda.

Parceiros

Para contextualizar os casos de violência política de gênero dentro e fora das redes, compreendendo as especificidades locais de diferentes regiões do País, contemplamos cinco veículos independentes com bolsas de reportagem produzidas a partir dos dados do MonitorA.

Os veículos produziram conteúdos jornalísticos específicos, com recortes de território e perfil social das candidatas nos seguintes estados:

- Bahia: Marco Zero Conteúdo;
- Minas Gerais: BHAZ;
- Pará: Amazônia Real;
- Santa Catarina: Portal Catarinas;
- São Paulo: Agência Mural.

Monitoramento e coleta dos dados

O monitoramento foi realizado entre 27 de setembro e 29 de novembro em duas fases que, juntas, compreendem os primeiros 30 dias de campanha eleitoral, bem como o primeiro e o segundo turno das eleições.

1ª FASE

Na primeira fase do monitoramento, realizado entre 27 de setembro e 27 de outubro, foram contempladas candidaturas de diferentes municípios da **Bahia, Minas Gerais, Pará, Santa Catarina e São Paulo**. A escolha está relacionada à pesquisa jurisprudencial sobre discurso de ódio realizada anteriormente pelo InternetLab nesses estados. Duas candidatas de outros estados também foram incluídas por relatarem contínuos ataques em suas redes sociais: Manuela d'Ávila (RS) e Benedita da Silva (RJ). Ao todo, nesse primeiro momento, o MonitorA analisou **117 candidatas mulheres – sendo 4 dessas, candidaturas coletivas – e 4 candidatos homens, no Twitter, totalizando 122 candidaturas de 9 partidos políticos**.

A coleta de dados no Twitter foi realizada utilizando a sua [API](#). Para tanto, o código implementado fez acesso a esta API utilizando a biblioteca [Tweepy](#). Foram coletados tuítes e replies escritos por

cada candidata(o), assim como tuítes e retuítes que citavam o nome de usuário (@username) destas(es) candidatas(os). Para cada tuíte, os atributos coletados foram: ID do tuíte, data do tuíte, autor do tuíte, conteúdo texto do tuíte, total de retuítes e de likes que o tuíte recebeu.

2ª FASE

A segunda fase do monitoramento, realizada entre 15 e 29 de novembro, teve o seu escopo expandido. Além de **Bahia, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo**, o monitoramento abrangeu as candidaturas ao 2º turno nos estados do **Acre, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco, Rondônia e Sergipe**, totalizando **13 estados de todas as regiões do país**. A razão foi que, diante de um número menor de candidaturas nessa fase, poderíamos ampliar a base de perfis monitorados e abranger mais territórios. Nesses estados, foram monitoradas **35 mulheres e 23 homens (a maioria, oponentes das candidatas)**, totalizando **58 candidaturas**.

Nesse segundo momento, além do Twitter, o monitoramento também foi realizado nas plataformas do Instagram e do YouTube.

A coleta de dados para o Instagram foi realizada por meio de técnicas de web scraping. Desse modo, os recursos utilizados foram a ferramenta de análise de redes sociais [CrowdTangle](#) e o pacote de automatização de tarefas [Selenium para Python](#). O CrowdTangle foi utilizado para coletar o link direto de todas as publicações realizadas pelas candidatas e candidatos. Com os links diretos para as publicações, o código implementado utilizou o Selenium para coletar todos os comentários existentes em cada um dos posts. Os atributos coletados foram: o ID do post, o nome do usuário que escreveu o comentário, o conteúdo do comentário, data em que o comentário foi realizado e total de likes que recebeu.

No YouTube, a coleta de dados foi realizada utilizando a sua [API](#). Para tanto, o código implementado fez acesso a esta API utilizando a biblioteca [google-api-python-client](#). Nesta plataforma, a coleta de dados visava obter a identificação e as características principais dos vídeos publicados nos respectivos canais das candidatas e candidatos, e dos comentários recebidos. Assim, os atributos coletados para cada vídeo foram organizados em dois conjuntos:

- **Sobre o vídeo:** ID do vídeo, data e hora, autor, título, descrição, total de visualizações, total de likes, total de dislikes e total de comentários.
- **Sobre os comentários:** autor do comentário, conteúdo do comentário, data e hora, total de likes e de dislikes que o comentário recebeu

Duas particularidades também foram implementadas para a coleta no YouTube:

- Nos casos em que comentários recebiam respostas, estas respostas também foram coletadas como comentários.
- Nos casos em que os comentários estavam desabilitados, o código não retornava esta informação, para não ser confundida com os casos de vídeos que não receberam nenhum comentário.

Tanto na 1ª quanto na 2ª Fase, devido ao grande volume de posts e comentários, a coleta nas plataformas do Twitter, Instagram e YouTube foi realizada diariamente, com o código sempre coletando os dados do dia anterior.

Limitações da metodologia

Conforme apontado acima, a metodologia se dividiu em duas fases. Na primeira delas, correspondente ao primeiro turno das eleições, mantivemos o foco no Twitter. Isso se deu por causa da facilidade de acesso à API, que permitiu a realização automatizada da coleta automatizada, o que possibilitou agilidade na análise e divulgação dos dados no decorrer do primeiro turno.

É importante dizer ainda, que por questões técnicas, não foi possível coletar e analisar dados do Facebook - o que havia sido previsto inicialmente. Devido às limitações da API do Facebook, precisaríamos raspar os dados; tínhamos capacidade de fazer ou apenas Facebook, ou apenas Instagram, e escolhemos o último, porque há menos pesquisas nessa área feitas nesta rede social.

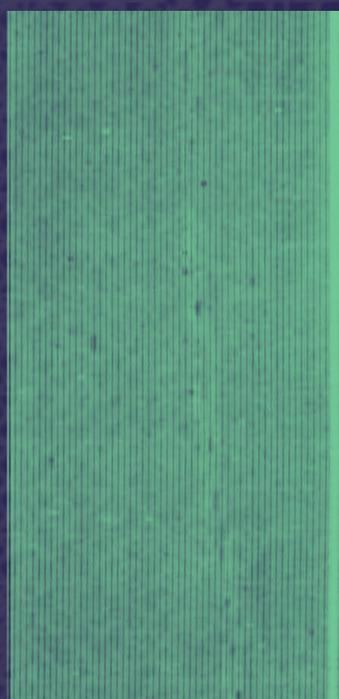
Ao considerarmos a quantidade de usuários em cada uma dessas redes, bem como a presença de algumas candidatas e alguns candidatos em todas as redes — o que significa inclusive números variáveis de seguidores em cada uma delas — compreendemos que a ausência de análise de dados do Facebook limita as comparações que podemos estabelecer entre as diferentes plataformas, no que tange às especificidades relacionadas à arquitetura e, conseqüentemente, à forma como a violência política se faz presente em cada uma delas. ■ ■ ■



3



OS DADOS ENCONTRADOS





NA ANÁLISE DOS DADOS, identificamos a propensão de o comportamento dos usuários diferirem em relação às candidatas em cada rede social. Vale lembrar que os nossos dados colocam um viés de saída: analisamos apenas os comentários dirigidos diretamente às candidatas e candidatos (diretamente no perfil do Instagram, nos vídeos do canal do YouTube, e nas respostas ou marcações com @ no Twitter). Isso exclui comentários ofensivos feitos, por exemplo, em posts de canais alheios no YouTube, ou relacionados aos nossos perfis monitorados, mas em um outro perfil do Instagram. Evidentemente, também não coletamos mensagens enviadas por chats privados das plataformas.

No que diz respeito a esses comentários diretamente direcionados, observamos, no segundo turno, proporcionalmente **mais ofensas e incitação de ódio no Twitter, seja contra as candidatas, seja contra os candidatos LGBT+**.

A percepção de o Twitter parecer um ambiente mais suscetível a discursos violentos dialoga com apontamentos feitos em pesquisa realizada pela Amnesty International²⁷, cujo foco foi compreender como eram as experiências de mulheres com perfis sociais diversos nesta plataforma. De acordo com a pesquisa, devido à arquitetura do Twitter, que tem como proposta colocar em contato pessoas que não necessariamente se conhecem, abrindo espaço, inclusive, para que figuras públicas se dirijam diretamente ao público sem passar pelo intermédio da imprensa, a dinâmica que se estabelece na rede abre brechas para que mais pessoas tenham acesso ao que é dito. Conseqüentemente, há maior espaço para que usuários que discordam ou se opõem ao conteúdo também se expressem — em algumas situações de forma agressiva — a respeito do que está sendo falado.

O problema, no entanto, não está na proposta de funcionamento do Twitter, visto que esse modo de funcionar também permite que mais vozes e pessoas sejam ouvidas e tenham suas vozes amplificadas. Entretanto, na ausência de uma política de monitoramento eficiente de combate à violência política, que muitas vezes aparece em articulação com discursos de ódio, são fomentados comportamentos que vão na contramão da própria ideia de **'every voice has the power to impact the world'**²⁸ defendida pela plataforma e lembrada pela pesquisa da Amnesty International.

Diferentemente do Twitter, em análise qualitativa, notamos que no Instagram foi mais visível a aproximação de usuárias com as(os) candidatas(os) pelos quais possuíam algum tipo de simpatia e/ou intenções de voto. Aparentemente, a arquitetura do Instagram facilita o encontro mais frequente com personalidades com as quais os usuários têm algum tipo de afeto e/ou admiração. Ademais, diferentemente do que ocorre no Twitter, no Instagram os responsáveis pelas páginas das candidatas podem excluir comentários e/ou não mostrar marcações de cunho violento, além de poderem fixar nas publicações comentários positivos que tenham sido feitos por usuários.

Ainda que tenhamos observado essa movimentação, isso não significou que as ofensas e xingamentos estivessem ausentes da rede. Nesse caso, xingamentos e ofensas foram direcionados com frequência às(aos) oponentes das candidatas, revelando um outro tipo de ação discursiva que merece atenção de novas pesquisas.

No caso do YouTube, o volume de comentários coletados não foi significativo, não nos permitindo, então, fazer análises tão profundas sobre a dinâmica estabelecida nesta rede. Percebemos menor movimentação das candidaturas no YouTube e, em muitos casos, quando utilizado, a possibilidade de fazer comentários nos vídeos postados era desabilitada.

Como indicamos, não coletamos comentários feitos acerca das candidatas monitoradas e não dirigidos diretamente a elas. Assim, não é possível afirmar de saída que uma rede social tenha mais ou menos violência política que outra; o que é possível afirmar é que, no Twitter, essa dinâmica fica mais visível, muito provavelmente também para a pessoa a quem as agressões se dirigem.

As diferenças percebidas nas dinâmicas em cada uma das redes poderão ser melhor compreendidas nos próximos tópicos.

Primeiro turno

Na primeira etapa do estudo, o MonitorA realizou a análise do conteúdo a partir dos 93.335 tuítes que citavam as 123 candidatas monitoradas na Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, o que ocorreu no primeiro mês de campanha eleitoral. É importante enfatizar que, quando coletamos os dados da API do Twitter, não temos acesso aos dados como eles estão sendo circulados na plataforma. Por essa razão, alguns dos tuítes mencionados no relatório, não estão mais disponíveis na rede social. Para entender se as postagens continham teor violento, foi preparado um léxico com termos de cunho misógino, racista e ofensivo. O filtro a partir desse léxico mostrou que 11% dos tuítes tinham algum teor agressivo. Dentre os que tinham algum tipo de engajamento (like e/o retuíte), **1.261 eram xingamentos direcionados diretamente às candidatas.**

VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA CANDIDATAS NAS ELEIÇÕES DE 2020

123 candidatas a prefeitura
e vereadora monitoradas

93.335 tuítes coletados

11% dos tuítes tinham
termos ofensivos

Separamos um total de

3,1 mil tuítes

com termos ofensivos e
engajamento (like e/ou retweet)

Deste total,

40%

foram de xingamentos
direcionados às candidatas

Ranking das candidatas mais atacadas

Candidata	Tuítes com xingamentos
Joice Hasselmann	612
Manuela D'Ávila	584
Benedita da Silva	52
Major Denice	4
Erika Hilton	3
Carla Ayres	2
Bella Gonçalves	1
Margarida Salomão	1
Prof. ^a Dayane Pimentel	1
Wafá Kadri	1



A análise conseguiu quantificar e evidenciar uma situação rotineira que as mulheres vivenciam, mas que até então não era mensurada de forma empírica. Neste primeiro recorte, o MonitorA identificou nesse grupo de perfis femininos uma média de 40 xingamentos por dia. No geral, os xingamentos faziam alusões aos corpos das candidatas, sua intelectualidade, saúde mental ou aos aspectos morais de suas vidas. Muitos articulavam diferentes tipos de discriminação, tais como misoginias, racismo e LGBTfobia. Percebemos, deste modo, que, geralmente, as mulheres são ofendidas pelo que supostamente são, não por suas ações enquanto candidatas e/ou gestoras políticas. Dentre as candidaturas monitoradas, as mulheres que concorriam à prefeitura de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro foram as mais atacadas no Twitter.

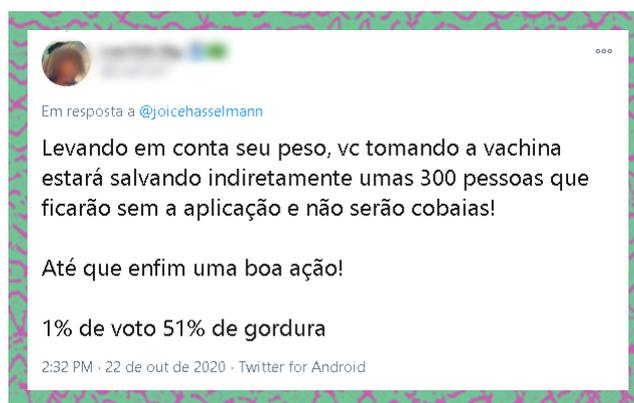
Termos como “porca” e “Peppa” (em referência à personagem Peppa Pig) foram as expressões mais encontradas para atacar a estrutura física, especialmente da candidata Joice Hasselmann, candidata à Prefeitura de São Paulo pelo PSL. Já o termo “comunista”, usado de forma pejorativa e composta de diferentes variações como “comunista canalha”, “comunista safada” ou “comunista de merda”, por exemplo, foram os termos mais usados para ofender Manuela D’Ávila, candidata à prefeitura de Porto Alegre.

Com a variedade de termos utilizados e, cada um ligado a marcadores sociais específicos constitutivos de cada candidata, na primeira análise, as expressões ofensivas identificadas foram classificadas dentro de categorias predominantes, levando em conta o contexto em que estavam inseridos: a partir dos atributos físicos das candidatas (como roupas que usavam nas fotos, corte de cabelo ou aparência), assédio moral, sexual e intelectual, descrédito, gordofobia e transfobia.

Desta forma tivemos as seguintes divisões:

TIPO DE OFENSA	Nº TUÍTES	% (DO TOTAL DIRECIONADO A CANDIDATAS)
Moral	535	42,46
Gordofobia	341	27,06
Descrédito	232	18,41
Intelectual	53	4,21
Física	47	3,73
Sexual	40	3,17
Racismo	3	0,24
Transfobia	2	0,16
Homofobia	1	0,08
Ameaça	1	0,08

Para Joice Hasselmann, candidata à Prefeitura de São Paulo, **pouco mais da metade dos tuítes ofensivos (55%) citavam características físicas e termos gordofóbicos**. A candidata passou a ser chamada de “Peppa” nas redes sociais após ser ofendida com o termo por Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, com quem rompeu politicamente. Vale ressaltar que as **ofensas de cunho gordofóbico contra a candidata começaram antes da campanha eleitoral e continuaram durante o pleito, o que demonstra impacto direto e duradouro em sua vida de forma prática**.



Já Manuela D’Ávila, candidata à prefeitura de Porto Alegre pelo PCdoB, foi constantemente descredibilizada por ser filiada ao Partido Comunista do Brasil. **Em nenhum tuíte ofensivo analisado, sua capacidade técnica foi questionada. Apesar disso, a candidata foi classificada como “despreparada” para o cargo**.



“São pelo menos cinco anos de ataques, desde quando eu ainda gestava a Laura e criaram a primeira fake news que dizia que eu fazia o enxoval nos Estados Unidos. Desde então, de maneira permanente, eles destroem minha imagem e fazem com que eu seja agredida, verbal, fisicamente e nas redes. A violência nas redes, no meu caso, saiu para a rua. A primeira agressão que minha filha sofreu foi em outubro de 2015, por uma mulher que deu tapas no sling que eu usava e minha filha estava lá dentro. Esse estudo mostra a intensidade dos ataques”, disse Manuela D’Ávila em entrevista à Revista AzMina.

Apesar do fato de todas as candidatas terem sido alvo de discursos que traziam à tona hierarquias permeadas pela desigualdade de gênero, cada

uma delas recebeu xingamentos que destacavam as características que as conectam com identidades ou nichos políticos específicos. Por essa razão, podemos afirmar que as ofensas não estão relacionadas somente ao fato de as candidatas serem mulheres, **há uma articulação entre as desigualdades de gênero, raça, sexualidade e ideologia política**. Essa dinâmica fica muito mais evidente nos casos de Manuela D’Ávila, como vimos acima, e nos tuítes direcionados à candidata Benedita da Silva, que foi alvo de piadas racistas e machistas, como veremos adiante.

Conteúdos locais (1º turno)

BAHIA

Para o primeiro turno, a [Marco Zero Conteúdo](#) analisou os tuítes de 25 candidatas monitoradas na Bahia. Do total, oito receberam tuítes ofensivos no primeiro mês de campanha. Cinco delas são mulheres negras e seis são de partidos de esquerda. Além dos comentários racistas, as candidatas também enfrentaram campanhas de desinformação, como é o caso de Major Denice, filiada ao PT para a disputa pela prefeitura de Salvador.

“Tenho recorrido à Justiça em casos de racismo e fake news. O combate a esse tipo de caso é diário, pois o crime de racismo e a prática do machismo são culturais”, destaca Major Denice em entrevista.

Vale destacar que também há casos de violência política em outros espectros políticos, com mulheres não-negras. É o caso da deputada federal Professora Dayane Pimentel (PSL), que foi candidata à prefeitura de Feira de Santana – segunda maior cidade da Bahia. O MonitorA encontrou tuítes ofensivos direcionados à candidata, que tinham como origem o fato de Pimentel ter rompido relações políticas com o atual presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

SÃO PAULO

A [Agência Mural](#) analisou as candidaturas periféricas da cidade de São Paulo. Entre elas a de Erika Hilton, candidata ao legislativo paulistano mais ofendida no Twitter. Erika será a terceira mulher

negra a ocupar uma cadeira na Câmara de São Paulo e a primeira mulher trans. Na análise do MonitorA, **8,5% dos tuítes direcionados à candidata tinham xingamentos, muitos deles com caráter transfóbico. O termo pejorativo mais associado a ela foi “nojenta”, que apareceu 432 vezes.** Adiante, debruçamo-nos, especificamente, nos comentários transfóbicos direcionados à candidata.

De acordo com uma pesquisa [realizada pelo Instituto Marielle Franco](#), oito a cada 10 candidatas negras sofreram violência virtual. Dessas, 20,72% receberam mensagens machistas e/ou misóginas no ambiente online; 18% receberam mensagens racistas e 17% tiveram uma reunião virtual invadida.

MINAS GERAIS

Em Minas Gerais o [Portal BHAZ](#) mostrou como a maternidade, a sexualidade e a idade foram usadas para atacar candidaturas femininas nas redes sociais. Áurea Carolina, que foi candidata à prefeitura de Belo Horizonte, em Minas Gerais, é mãe. Cida Falabella, vereadora da cidade, tem 60 anos. Bella Gonçalves, também vereadora, é lésbica. Marcela Valente, eleita suplente do PSL, é “feminista demais” para ser de direita. Dandara Castro, petista, é preta. Nenhuma dessas características versa sobre a capacidade dessas mulheres de assumirem cargos públicos de poder, mas foram esses os alvos dos ataques que elas e outras candidatas receberam nas redes sociais durante o primeiro turno da campanha.

“Se está com essa agenda tão cheia com filho pequeno, como quer ser prefeita de BH?”; “Lançar uma lésbica para ganhar voto é o maior marketing já criado”; “Mas é uma velha desclassificada”; e “Mulher bonita não sabe bosta nenhuma” são alguns dos exemplos de tuítes coletados no monitoramento. Um silenciamento que se refletiu nas urnas: as mulheres são apenas 13% entre os eleitos nas 853 cidades mineiras em 2020.

Segundo turno

No segundo turno o MonitorA identificou outra dinâmica agressiva nos ataques contra candidaturas femininas nas redes sociais. Além das candidatas, mulheres que se pronunciaram publicamente a favor de algumas campanhas também se tornaram alvo de ataques.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA CANDIDATAS NAS ELEIÇÕES DE 2020 2º TURNO

Todas as mulheres que foram para o segundo turno no País foram monitoradas:

20 prefeitas
15 vice-prefeitas

O estudo incluiu o monitoramento de
23 candidatos opositores



Em três dias (15 a 18/11)
foram coletados

347,4 mil tuítes
que citavam os monitorados

Destes,

31,5%

eram direcionados às candidatas



Separamos

2.390 tuítes

tuítes com termos ofensivos
que tinham uma ou mais
curtidas ou retweets

Destes,

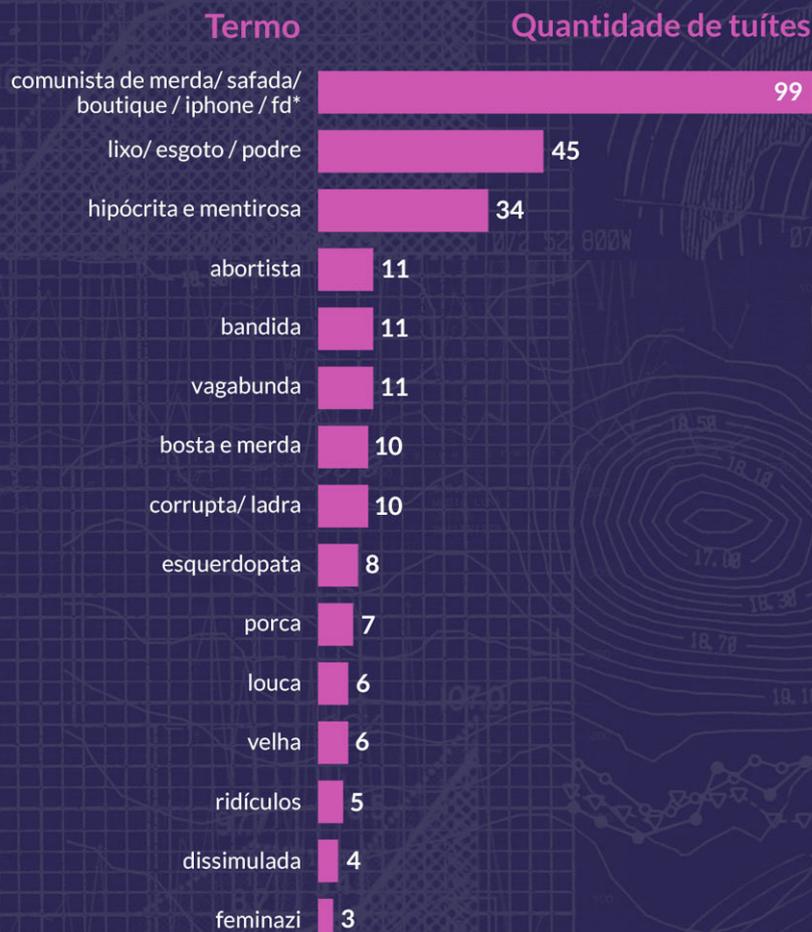
17,3%

eram ofensas diretas
às mulheres candidatas

Ranking das candidatas mais ofendidas no Twitter



Termos mais usados para ofender no Twitter



Entre os dias 15 e 18 de novembro, foram coletados **347,4 mil tuítes que citavam 58 candidatas e candidatos que disputaram o segundo turno em municípios de 13 estados do país.** Foram monitoradas 20 candidatas a prefeita e seus opositores, além de 15 vice-prefeitas e três candidatos à prefeitura. **Desses, 109,4 mil tuítes eram direcionados às candidatas, e 8 mil tinham algum termo ofensivo.** Entre 2.390 tuítes com termos ofensivos que tinham uma ou mais curtidas ou retuítes, **17,3% (415) eram ofensas diretas às candidatas. Manuela D'Ávila foi alvo em 90% dos ataques realizados no período analisado no Twitter.**

Além dos tuítes que usam o termo “comunista” de forma pejorativa, para tentar desacreditar intelectualmente e ideologicamente a candidata, os xingamentos passaram a ser ainda mais ofensivos: “lixo”, “bandida” e “vagabunda” estão entre as palavras mais usadas nos xingamentos. Há muitas citações também ao termo “abortista”, como se defender a legalização do aborto desqualificasse Manuela ao posto de prefeita.

O termo "comunista" seja sozinho ou agregado a outras palavras como "abortista", "do mato", "safada", "maldita" e "maconheira" apareceu frequentemente direcionado às candidatas que se posicionam em um espectro político à esquerda.

Ainda que "comunista" por si só não possa ser pensado como uma ofensa, dizendo respeito apenas a um posicionamento ideológico, na pesquisa chamou a nossa atenção como, em diversas situações, a palavra era utilizada de forma pejorativa e associada a outros tipos de discriminação. Nesses casos, observamos que havia um número considerável em que esses termos utilizados em massa ganhavam contornos de agressividade, borrando as fronteiras entre o que apenas é discordância política e o que é violência política.

Em diálogo com os estudos de gênero, poderíamos dizer que "comunista" figurou em alguns casos como um sinônimo de "puta". É como se estivéssemos diante de uma atualização da diáde "santa" versus "puta" que, nesse caso especificamente, associa o desvio moral apenas às mulheres colocadas à esquerda do espectro político. Acreditamos, em razão das observações feitas em relação a esse termo, ser importante pensarmos em saídas que possam ser tomadas quando contextualmente um termo soa agressivamente, ainda que não seja considerado ilícito e não esteja presente nos termos de uso das plataformas. Temos aqui um grande desafio.

Dos 1.859 tuítes que citavam mulheres políticas que declararam apoio público à Manuela nas redes, o MonitorA analisou 686 que tinham pelo menos três curtidas ou retuítes. Destes, **150 eram ofensas diretas à Marina Silva, ex-senadora pelo Acre e ex-ministra do Meio Ambiente, fundadora do partido Rede Sustentabilidade.** Em apenas dois dias, **foram coletados três tuítes ofensivos por hora. A idade e a religião foram os principais aspectos destacados nos xingamentos.** Ela foi chamada de “velha” com termos pejorativos como “múmia” e “tartaruga”, e também de “feia” e “hipócrita”.

A ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) foi citada em alguns xingamentos como “exemplo de fracasso das mulheres na política”. Ao declarar publicamente apoio a Marília Arraes e Manuela D’Ávila pelo Twitter, **Dilma passou a ser assediada com xingamentos ainda mais violentos, com conteúdos ofensivos e sexistas.**

INSTAGRAM

No Instagram foram capturados 70,7 mil comentários nas contas das candidaturas monitoradas, sendo 28,5 mil nos perfis de candidatas mulheres. Foram analisadas 514 publicações com termos ofensivos. Desses, 61 continham xingamentos diretos às candidatas e 50% eram direcionados a Manuela D’Ávila. Em seguida aparecem as candidatas Paula Mascarenhas (PSDB), candidata à prefeita de Pelotas (RS), com 13,1%, e Loreny (Cidadania), candidata à prefeita de Taubaté (SP) com 9,8%.

DIFERENÇA DA VIOLÊNCIA ENTRE GÊNEROS

Ainda no segundo turno, o MonitorA analisou a diferença da abordagem sofrida nas redes sociais por homens e mulheres que disputaram o mesmo cargo.

Entre os dias 15 e 29 de novembro, período de campanha até o segundo turno, foram coletados 94.108 tuítes que citavam as candidatas e candidatos de diferentes regiões do País. Deste total, foram filtrados os 30% dos tuítes que tinham algum engajamento (curtida ou retuíte). Após este primeiro recorte, foram analisados 1.310 tuítes considerados ofensivos direcionados aos candidatos e candidatas – os 100 tuítes com mais engajamento de cada candidato ou o total de tuítes dos candidatos que não chegaram a 100. Para verificar a dinâmica desses discursos para homens e mulheres, foram selecionadas apenas as candidaturas femininas que tiveram seus respectivos concorrentes analisados após a aplicação de todos os filtros, chegando a um grupo de seis candidaturas femininas e seis candidaturas masculinas.

No caso dessas doze candidaturas, as mulheres foram duramente atacadas por xingamentos misóginos cujo objetivo era desestabilizar ou constranger as candidatas, seja imputando fatos ofensivos à dignidade delas ou criticando aparência física e decisões na vida privada. Na contramão disso, a maioria das ofensas direcionadas aos homens focaram na condução de suas atividades profissionais

II monitorA

VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA CANDIDATAS NAS ELEIÇÕES DE 2020

2º TURNO

Para entender a dinâmica da violência política de gênero nas redes sociais, foram analisados tuítes ofensivos deste grupo de candidatos e candidatas que disputaram o segundo turno:

Prefeitura de Porto Alegre (RS)

Manuela D'Ávila (PCdoB) X Sebastião Melo (MDB)

Prefeitura de Recife (PE)

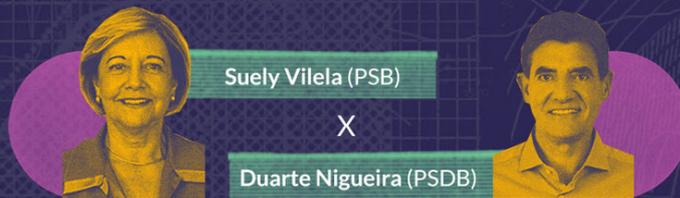
Marília Arraes (PT) X João Campos (PSB)

Prefeitura de São Paulo (SP)

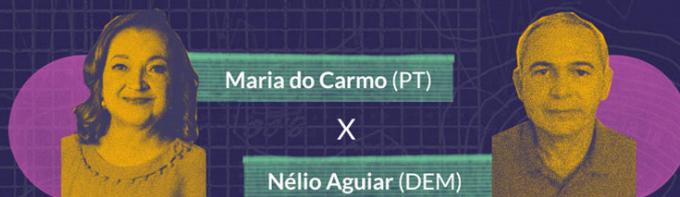
Luiz Erundina* (PSOL) X Bruno Covas (PSDB)

*Luíza Erundina foi candidata a vice-prefeita na chapa de Guilherme Boulos (PSOL)

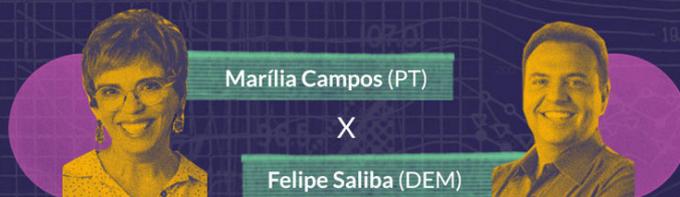
Prefeitura de Ribeirão Preto (SP)



Prefeitura de Santarém (PA)



Prefeitura de Contagem (MG)



Os termos mais usados no Twitter para ofender os candidatos

Candidata

Concorrente

Manuela D'Ávila

X

Sebastião Melo

hipócrita, mentirosa, dissimulada, comunista (de merda, safada, de iphone e etc)

mentiroso, lixo, nojento e velho

Marília Arraes

X

João Campos

vitimista, lixo, mentirosa e hipócrita

jogo sujo, mentiroso, play boy, menininho, garoto mimado

Luiza Erundina

X

Bruno Covas

velha, caduca, difunta viva, bandida

hipócrita, mentiroso, pior prefeito, coveiro

Suely Vilela

X

Duarte Nogueira

"uspiana" arrogante

FDP, burro

Maria do Carmo

X

Nélio Aguiar

política suja, sanguessuga

velho larazento, irresponsável

Marília Campos

X

Felipe Saliba

política suja

rato dos infernos, mentiroso

“Velha”, “vitimista”, “dissimulada” e “bandida” estão entre os xingamentos mais comuns voltados às mulheres. Entre os destinados às candidaturas masculinas, estão termos como “pior prefeito”, “corrupto” e “jogo sujo”, relacionados às trajetórias políticas, o que não acontece com as mulheres, mesmo com as que já ocuparam cargos políticos. Em Porto Alegre, por exemplo, enquanto Manuela D’Ávila (PCdoB) foi xingada de “hipócrita” pela maneira de vestir-se, seu oponente, Sebastião Melo (MDB) foi taxado de “caloteiro” e de “corrupto” por denúncias de sonegação de impostos.

YOUTUBE

Dados do YouTube também foram analisados no segundo turno. Dos 3.431 comentários capturados, 34 eram ofensas diretas às candidatas Manuela D’Ávila e Marília Arraes. Apesar de estarem em menor quantidade, os comentários também continham conteúdo misógino e sexual como, por exemplo, o direcionado à Manuela após a divulgação do resultado do segundo turno em Porto Alegre pelo TSE: “VTNC sua bandida. Deveria estar é presa por dar guarida ao hacker da Lava Jato” ou o direcionado à Marília, após o fim da apuração em Recife: “Hoje JOÃO Ganhou mano Chupa kkkkkkk”.

Conteúdos locais (2º turno)

SANTA CATARINA

O Portal Catarinas analisou os comentários ofensivos direcionados a cinco das nove candidatas monitoradas pelo observatório. Carla Ayres (PT), mulher branca e lésbica foi a mais atacada. A vereadora eleita em Florianópolis teve 2.234 mensagens analisadas pelo MonitorA. Destes 4,6% continham termos ofensivos. Entre eles, o termo “sapatão”, mencionado 56 vezes. A partir do MonitorA, o portal também aplicou um questionário entre as candidatas do Estado para identificar suas experiências no que diz respeito à violência política de gênero online. Das 36 candidatas ouvidas, 69% afirmou já ter sofrido violência por serem mulheres, 61% já sofreram ou sofrem violência política de gênero e 47% sofreram ataques políticos nas redes, incluindo o Facebook, plataforma não monitorada neste estudo.

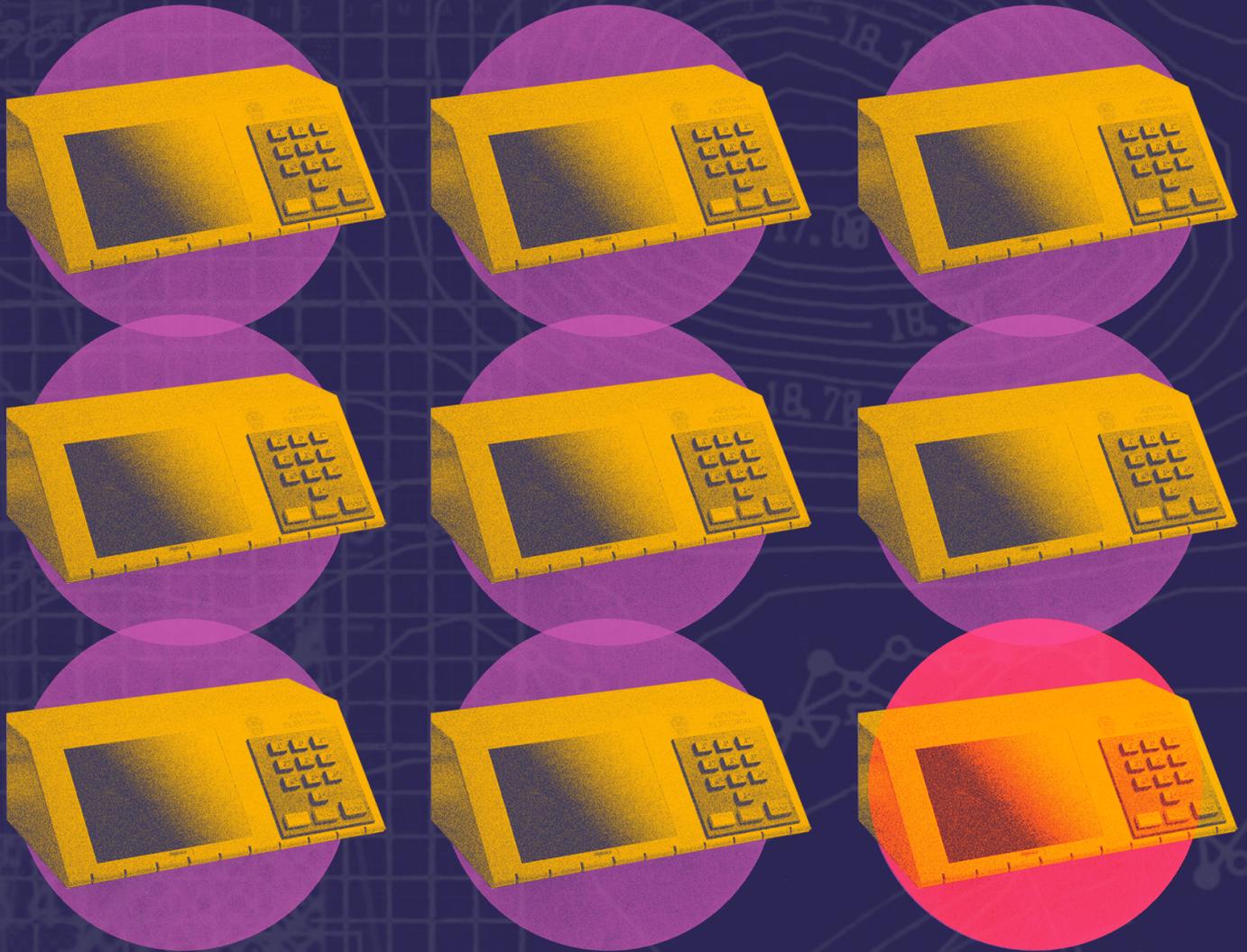
PARÁ

A agência de jornalismo independente e investigativo [Amazônia Real](#) mostrou como a violência política de gênero extrapolou as redes sociais no Pará. Em Belém, a então candidata a vice-prefeita Patrícia Queiroz, do Partido Social Cristão (PSC), recebeu ataques nas redes sociais, mas também sofreu o mais grave tipo de violência: contra a sua vida e a de sua família. Na madrugada do dia 23 de outubro, sua casa foi alvo de pelo menos quatro tiros e um atingiu o quarto de seu filho de apenas cinco anos. Ninguém ficou ferido. No estado, mulheres foram agredidas nas ruas durante as visitas de campanha e até impedidas de participar de eventos realizados pelos próprios partidos.

No próximo tópico, destrinchamos como a violência política se fez presente em alguns casos específicos, desdobrando-se em discurso de ódio, racismo, etarismo e LGBTfobia. ■ ■ ■



4



**OPERACIONALIZAÇÃO
DE MARCADORES
SOCIAIS DA DIFERENÇA
EM CASOS
ESPECÍFICOS**



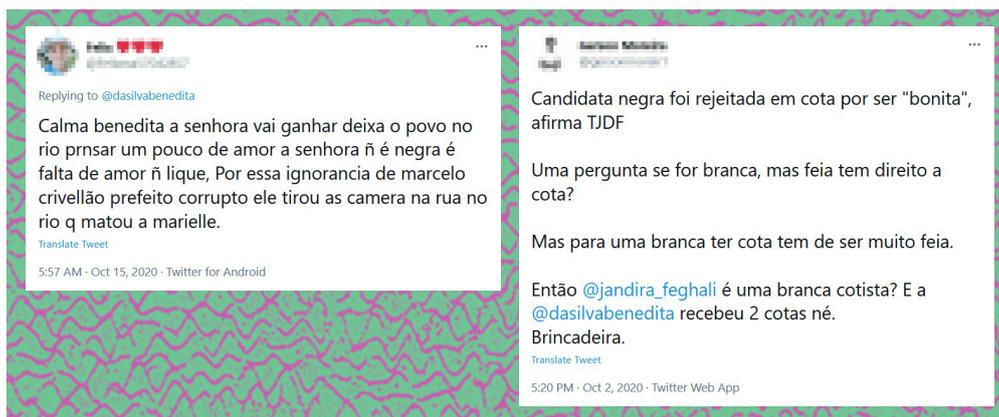
NAS ANÁLISES FEITAS DAS COLETAS do primeiro e do segundo turno, pudemos perceber como os ataques direcionados às candidatas e aos candidatos se diferenciavam a partir de marcadores sociais que atravessam a constituição dos sujeitos envolvidos. **Nesse sentido, falar sobre mulheres, em geral, não era suficiente. Falar sobre homens, em geral, também não seria suficiente.** Por essa razão, selecionamos algumas candidaturas que nos possibilitaram fazer dois movimentos:

- Nos aprofundar em **como ocorre a operacionalização de articulações entre gênero, raça e posicionamentos político-ideológicos;**
- Perceber diferentes formas de **masculinidades e feminilidades** serem postas em jogo quando discursos de ódio são acionados.

Para tanto, devido ao fato de o Twitter ter se mostrado uma rede social profícua para que as ofensas se direcionassem diretamente às candidatas e aos candidatos, optamos por fazer, nesta parte do relatório, apenas a análise de tuítes. Selecionamos, então, tuítes que consideramos relevantes para responder aos pontos supracitados.

Articulações entre gênero e raça

Benedita da Silva, candidata à prefeita do Rio de Janeiro pelo PT (Partido dos Trabalhadores), foi alvo de tuítes que apontavam para a aparência física da candidata, tanto no que diz respeito à cor da sua pele e aos seus traços físicos, quanto à sua beleza. Como ocorreu com outras candidatas, o seu **corpo se tornou foco do debate**, abrindo pouco espaço para que sua atuação política fosse comentada. Nos tuítes selecionados, podemos perceber como o seu lugar enquanto figura política é **deslegitimado**, tomando como base para essa rejeição o fato de Benedita ser uma mulher negra.



No primeiro tuíte que selecionamos, ainda que o usuário busque confortar Benedita pelos ataques que tem sofrido e que transpareça a intenção de votar na candidata, a tentativa de acolhimento **reforça os discursos racistas** que, aparentemente, busca combater. Afirma, então, “a senhora ã é negra”. O fato de Benedita ser posta como uma mulher negra é assumido pelo usuário como uma ofensa, como “falta de amor” por parte daqueles que a identificam desse modo. **A busca pela negação de um corpo negro como aquilo que se é diante das lentes sociais, ou seja, negro, é uma das características do racismo à brasileira.**

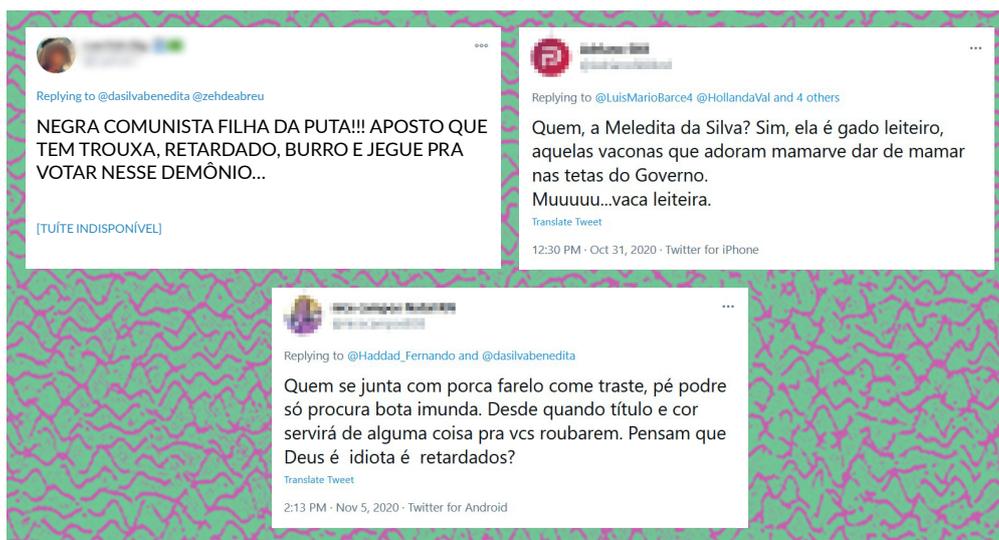
No Brasil, o racismo opera, em muitas situações, de forma cordial, forjando afetividade em situações em que, na verdade, o que está em jogo é a hierarquia entre sujeitos que se coloca não só a partir de um imaginário que constrói pessoas brancas como superiores, mas pessoas negras como sujeitos inferiores. **Raça opera, desse modo, de forma relacional.** Um corpo só pode ser colocado como negro, porque outros corpos serão classificados como brancos, amarelos, indígenas etc.²⁹

A eficácia do racismo no Brasil está conectada, portanto, à fragmentação da identidade racial e ao desejo de embranquecer que leva pessoas, no geral, e alguns usuários das redes sociais, em particular, **a negarem que um corpo é negro na tentativa de colocá-lo em pé de igualdade com os corpos brancos.**

O racismo sofrido pela candidata operou também a partir de outras facetas. O questionamento “se [a candidata] for branca, mas feia tem direito a cota?” feito por outro usuário faz uma associação direta entre **corpos negros e a ausência de beleza.** Ainda que a negação da beleza de corpos negros tenha sido amplamente colocada em pauta nas últimas décadas, o comentário demonstra o quanto esse estereótipo da feiúra dos corpos negros permanece vivo no tecido social brasileiro. Ademais, o que também nos motivou a separar esse tuíte é o que segue ao primeiro questionamento.

Em seguida, o usuário afirma que para ser alvo de política de cotas uma **mulher branca** teria que ser “muito feia”. Questiona, então, se

“@jandira_feghali” seria uma branca cotista. Jandira Feghali, deputada federal pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil), ainda que seja branca, é posta como feia. Aqui, a ausência de beleza das mulheres negras se desdobra em uma articulação com posicionamentos político-ideológicos das candidatas. Do ponto de vista do usuário, a ausência de beleza se resguarda para mulheres negras e mulheres que, mesmo sendo brancas, estão à esquerda no espectro político.



“NEGRA COMUNISTA FILHA DA PUTA”, “imunda comunista”, “porca farelo”, “vaca leiteira”. Estas foram outras das ofensas direcionadas à candidata. Novamente, o posicionamento ideológico é operacionalizado articulando-se ao pertencimento étnico-racial. Além disso, Benedita teve o seu **corpo dissociado da humanidade ao ser chamada de “vaca leiteira” e de “porca”**. A associação de corpos negros aos corpos de outros animais³⁰ remete-nos às leituras coloniais das pessoas negras, cuja presença de alma ou de humanidade era posta em xeque pelos colonizadores, e, ao mesmo tempo, aos **discursos de ódio** contemporâneos que, por meio de pensamentos similares aos dos colonizadores, **buscam afirmar a inferioridade de grupos sociais específicos**.

Desse modo, o uso de ofensas que colocam a humanidade de Benedita em suspeição é mais uma forma de reforçar a suposta inferioridade da candidata por ser negra, afastando-a da noção de humanidade, o que tornaria o seu corpo mais próximo de outras espécies de animais do que os corpos de outras(os) candidatas(os). Temos como resultado desse movimento a tentativa de criar um distanciamento entre a existência de Benedita e a possibilidade de que ela exerça legitimamente atividades políticas.

Nesse caso, testemunhamos também a desumanização de seus eleitores quando são chamados de “burro” e de “jegue”, o que indica, novamente, para o fato de alguns agressores transbordarem seus posicionamentos fazendo uso de ofensas contra aqueles que têm posturas políticas divergentes das suas.



A dificuldade dos agressores de lidar com posicionamentos políticos opostos é percebida também quando a defesa da importância de **representatividade política de mulheres negras** é distorcida e posta a partir da leitura de que haveria eleitores escolhendo Benedita apenas pela “cor” da candidata, o que ocorre também quando outro usuário questiona se **“a cor é sabedoria e conhecimento é?”**. Ademais, observamos a **disputa pelo significado do que seria a disseminação de ódio**. Se para as(os) especialistas em discurso de ódio, o ódio se manifestaria quando parte da população se recusa a abrir espaço para ouvir e conviver com a existência de grupos que foram marginalizados historicamente, para um dos usuários, o ódio se coloca no mundo quando damos visibilidade ao “negro pobre e diferentes”.

A seleção desses tuítes nos permitiu observar **como, no decorrer das eleições de 2020, estereótipos, preconceitos e práticas racistas operaram no Twitter**. É importante enfatizar que as ofensas não devem ser compreendidas apenas como se fossem direcionadas à Benedita. Novamente, quando temos o corpo de uma candidata negra sendo alvo de discursos que reforçam preconceitos e a estigmatizam, **ela não é atacada apenas individualmente, mas como membra de um grupo social marginalizado**, o grupo das mulheres negras, contribuindo para que socialmente existam brechas sociais que possibilitem esse tipo de postura.

Diferentes masculinidades em jogo

Em comparação às ofensas direcionadas às candidaturas de mulheres que, como vimos acima, se concentraram majoritariamente em características físicas e na moral das candidatas, **o discurso direcionado aos homens revela abordagens diversas**. A diversidade em torno dos ataques recebidos por cada um dos candidatos está relacionada às **diferentes maneiras de os homens se colocarem e serem postos socialmente**.

Ao optarmos por monitorar não só perfis de candidatas, mas também de candidatos, alinhamo-nos à compreensão de que o gênero se constrói de forma relacional,³¹ assim, não é possível falar de homens sem falar de mulheres e vice-versa. Homens e mulheres, portanto, não podem ser pensados como conceitos vazios, mas como conceitos que se preenchem a partir do que se afirma um sobre o outro. Os estudos sobre masculinidades compõem o campo dos estudos de gênero e, mais recentemente, a partir dos impactos dos estudos interseccionais, têm aberto espaço para pensar também em masculinidades não hegemônicas, isto é, masculinidades que escapam às visões mais tradicionais do que é ser homem ou de quais comportamentos devemos esperar dos homens. Desse modo, temos visto surgir elaborações sobre masculinidades negras e transmasculinidades.³² Nesta parte do relatório, temos como foco observar marcadores de gênero, sexualidade e geração, no que diz respeito aos candidatos que optamos por observar. Devido aos dados coletados, não foi possível analisar tuítes direcionados a nenhum candidato homem negro. No primeiro turno, o candidato negro que selecionamos para monitorar teve sua candidatura indeferida pelo TSE e, no segundo turno, como tínhamos o foco de monitorar todas as mulheres candidatas à prefeitura que tivessem ido para o segundo turno, assim como seus oponentes, acabamos não tendo nenhum candidato negro monitorado.

Isso ocorre porque, assim como não é possível pensar em uma só forma de ser mulher, a constituição dos homens também é atravessada por diferentes características e leituras sociais. Falaremos, aqui, das **diferentes formas de masculinidades serem operacionalizadas**, o que pode ser percebido no modo como os ataques foram direcionados aos candidatos.

Para observar os comportamentos de usuários direcionados aos candidatos, analisaremos tuítes ofensivos dos quais foram alvo: **João Campos (PSB) candidato à prefeitura de Recife, Guilherme Boulos (PSOL) e Bruno Covas (PSDB) candidatos à prefeitura de São Paulo, Eduardo Suplicy (PT) candidato à vereador de São Paulo e William de Lucca (PT) candidato a vereador de São Paulo.**

As ofensas direcionadas ao candidato João Campos chamaram atenção especialmente pela forma como o candidato foi nomeado: “guri”, “menininho”, “moleque”, “menino”, “imaturo” e “manipulável”. Ainda que, ao ser um adulto, ser **infantilizado** seja uma forma de ser ofendido, é necessário também ponderar o quanto colocar um candidato no lugar de “criança” ou de “imaturo”, em alguma medida, traz à tona uma **maior tolerância social** aos supostos erros cometidos pelos homens na política e, conseqüentemente, uma **menor responsabilização** dos homens pelos seus feitos.

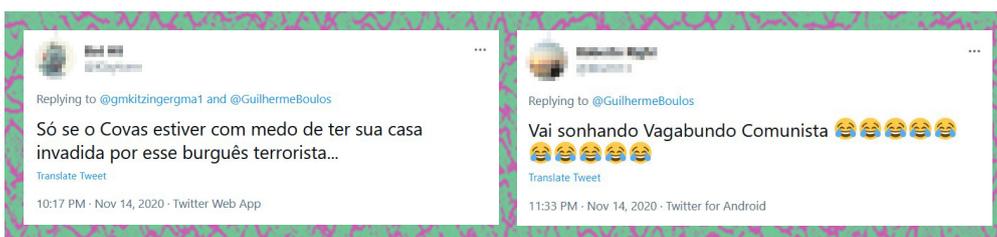


Conforme podemos visualizar nos tuítes acima, Campos é criticado pelos usuários por seus comportamentos, mas a forma de questionarem a **capacidade** de o candidato ser prefeito de Recife se dá a partir de leituras que o classificam como **despreparado** para assumir o cargo, como é o caso do usuário que questiona se o candidato “sabe fazer a cama” ou “lavar uma louça”.

O despreparo de Campos, entretanto, **em nada se assemelha à forma como Benedita (PT) foi atacada**, por exemplo. A incapacidade do primeiro estaria relacionada ao fato de não ser lido como **homem o suficiente, maduro o suficiente**. Em nenhum momento, o seu corpo, a sua beleza ou a sua moral, no que diz respeito a aspectos da sua vida pessoal, são tematizados. Ainda que a oponente de Campos tenha sido uma mulher, o modo como as ofensas são direcionadas ao candidato alimenta a percepção de que **a política é majoritariamente feita por homens**, nesse sentido, caso o candidato fosse **suficientemente homem**, não encontraria problemas para ser recusado por parte dos eleitores.

De forma semelhante, Guilherme Boulos, mesmo tendo ampla atuação no Twitter, sendo responsável pela maior parte de tuítes que coletamos no segundo turno, recebeu críticas e comentários que, no geral, tinham como foco o espectro político em que está localizado. Boulos foi chamado de “parasita invasor de propriedade privada”, “pilantra folgado e comunista”, “burguês terrorista”, “esquerdista”, “vagabundo” e “vagabundo comunista”. Se, no caso das mulheres, observamos “comunista” sendo posto como um xingamento e se alinhando a outros tipos de ofensas direcionados aos seus corpos, no caso de Boulos, as críticas se restringem às suas escolhas enquanto ativista político.



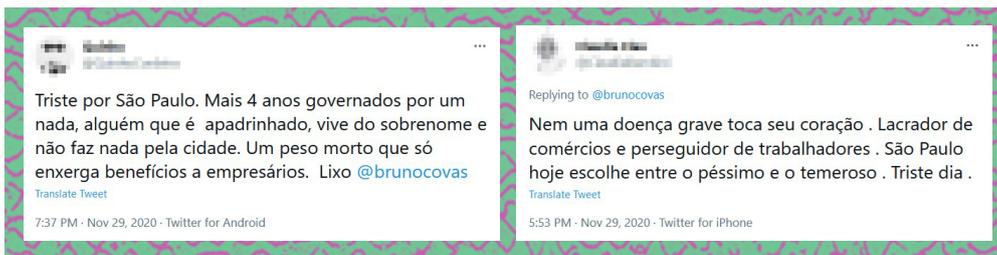


O tom dos comentários recebidos por Bruno Covas não difere muito daqueles recebidos pelos candidatos citados anteriormente. Covas foi cobrado por fazer obras apenas “em véspera de eleição”, foi chamado de “corrupto mamateiro”, “péssimo político”, “péssimo administrador”, “apadrinhado”, “boyzinho de merda”, “peso morto que só enxerga benefícios a empresários”.

As ofensas direcionadas ao atual prefeito da capital paulista têm como foco principalmente as suas funções como **gestor político**. Além disso, podemos identificar um viés de classe em algumas críticas relacionadas ao fato de o candidato ser de uma família em que muitos ocuparam cargos na política institucional — o que o faria ter o sobrenome certo para ocupar os espaços políticos — e estar entre as famílias de classes sociais mais abastadas em São Paulo, por isso o xingamento de “boyzinho”.

Notamos certa diferença, em relação aos outros candidatos, na forma como Covas foi atacado quando alguns usuários falaram sobre o fato de o candidato estar fazendo tratamento para câncer. Um deles diz que mesmo tendo ficado doente, Covas “não aprendeu nada com a vida” e outro diz que “nem uma doença grave toca seu coração”. **O fato de o candidato ter adoecido aparece como uma fragilidade possível para ser utilizada contra ele por aqueles que não apoiaram sua candidatura.**





No caso de Eduardo Suplicy, identificamos uma guinada na forma como os ataques se direcionam a ele: “velho decrépito”, “vai curtir sua aposentadoria”, “vai pro asilo velho imundo”. O tom dos tuítes é de desqualificação de Suplicy, o que tem alguma semelhança com o que ocorreu com Erundina, mas, no caso dele, só a **idade** é destacada. Nascido em 1941, para alguns usuários, a sua idade parece colocar em xeque o fato de o vereador ter condições de permanecer atuando na esfera política.

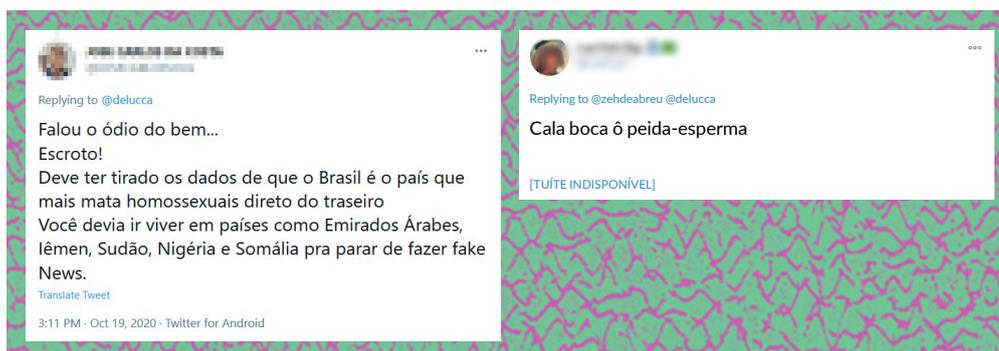


Entre os candidatos analisados neste tópico, William de Lucca foi o que recebeu os tuítes que mais destoaram daqueles citados anteriormente. Lucca foi alvo de comentários **homofóbicos** que destacavam a sua **orientação sexual** e colocavam sob ataque as **pautas LGBT+** defendidas por ele.



“Gayzista”, “teu movimento patético”, “todo esse mimimi” e “sigla idiota” foram alguns dos termos utilizados para atacar o candidato. É perceptível, nesse caso, que Lucca não estava sendo alvo apenas de discursos que se dirigiam a ele individualmente, pois, assim como no caso de Benedita, havia aqui o **intuito de inferiorizar um grupo social específico: as pessoas LGBTQ+, assim como o movimento LGBTQ+.** É o que ocorre, por exemplo, quando o usuário diz “deixem as crianças em paz”, trazendo à tona a preocupação de que as pautas defendidas por Lucca não devem chegar até as crianças.

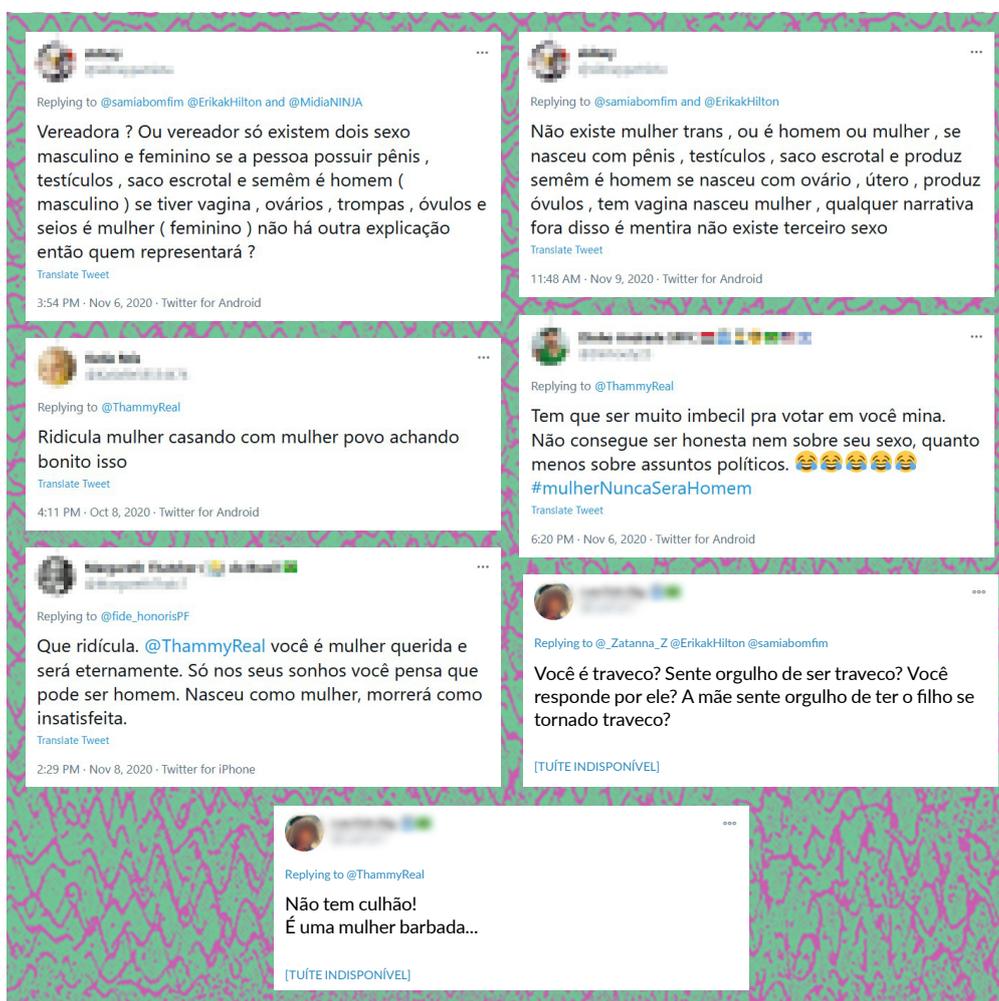
O receio de que o tema da diversidade em torno das diferentes constituições familiares ou de orientações sexuais alcance as crianças, remete-nos ao cenário das eleições de 2018, quando circularam notícias desinformativas que tinham como objetivo impedir que a educação formal de crianças e adolescentes tematizassem a **diversidade de gênero.** Identificamos, portanto, que as discussões que ocorreram em 2018, muitas delas fomentando uma forte polarização entre parcelas da população brasileira, não se desfizeram por completo nas eleições de 2020.



Conforme pode ser observado nos tuítes acima, o discurso homofóbico mobilizou o corpo de Lucca para indicar a sua **existência como inapta** para ocupar os espaços políticos. Tirar informações “direto do traseiro” e “peida-esperma” foram formas violentas de se referir à orientação sexual do candidato. **A sua sexualidade foi posta como dissonante em comparação aos candidatos cuja sexualidade condiz com o que se espera daqueles que legitimamente ocupam os cargos políticos. Ainda que seja um homem, sua sexualidade é posta como algo que o torna menos homem, apontando para o fato de que a política é principalmente feita por homens, mas não por quaisquer homens.**

Biologização dos corpos e transfobia

A dificuldade de terem seus corpos e formas de existência legitimados nos espaços políticos não se restringiu apenas às mulheres, às mulheres negras e aos homens gays. Ao observarmos os comentários recebidos pela candidata a vereadora Erika Hilton (PSOL) e ao candidato a vereador Thammy Miranda (PL) observamos que, independentemente do espectro político em que estavam situados, houve resistência e agressões direcionadas à candidata e ao candidato por serem trans.



Observamos nos tuítes acima a **recusa em respeitar as identidades de gênero** de Érika e de Thammy, feita a partir de leituras que compreendem o **sexo biológico** como determinante da forma como devemos nos referir ao gênero das pessoas. De acordo com a filósofa Butler,³³ em nossa

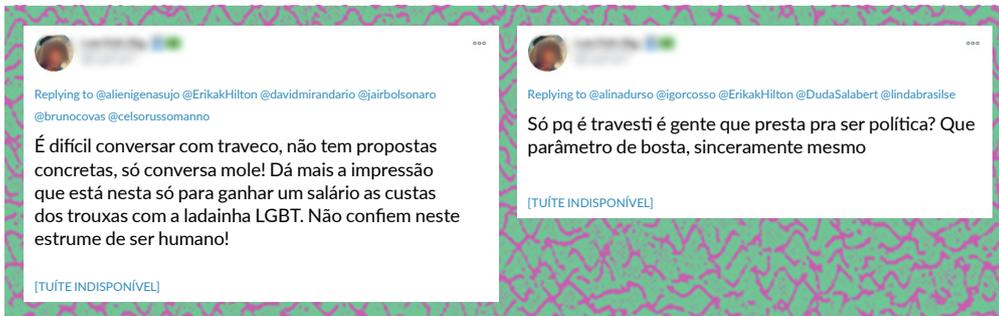
sociedade opera uma tentativa de enquadrar corpos a partir de uma **leitura que coloque como automática a associação entre sexo, gênero e identidade sexual**. Nesse sentido, quando você nasce com uma vagina, espera-se que você se identifique como mulher e se atraia sexualmente-afetivamente por um homem que possui um pênis. Do mesmo modo, se você nasce com um pênis, a expectativa é que você se identifique como homem e se relacione com uma mulher que possui uma vagina.

Os estudos contemporâneos sobre gênero identificam que o sexo de um corpo não é facilmente identificável. Anne Fausto-Sterling,³⁴ professora de Biologia e de Estudos de Gênero na Brown University, argumenta que rotular uma pessoa como homem ou como mulher passa menos por questões biológicas e mais por leituras sociais dos corpos dos indivíduos. O conhecimento científico auxilia na tomada de decisões, mas as crenças sociais que foram estabelecidas sobre gênero também irão afetar as produções científicas sobre o sexo. A autora está apontando para o fato de que cientistas não produzem conhecimentos imparciais, mesmo em campos de estudos biológicos, o que significa que as experiências sociais e as narrativas que se produzem a partir dessas experiências também irão informar o modo como corpos são social e cientificamente compreendidos.

Quando essa regra do **sexo – gênero – atração sexual** se quebra, assistimos reações sociais que buscam reintegrar as pessoas nessa forma de funcionamento, como pudemos perceber nos discursos violentos direcionados ao candidato William de Lucca e, agora, também nos discursos que se recusam a ler Thammy e Érika como homem e mulher, respectivamente. Vale sublinhar que, no Brasil, desde 2018, o Supremo Tribunal Federal reconheceu **o direito de pessoas trans poderem modificar o seu prenome e o sexo em documentos, independentemente, de terem feito cirurgias de redesignação sexual. A recusa em respeitar as identidades de gênero da candidata e do candidato vai, portanto, na contramão de direitos recentemente conquistados.**

A acusação de que Benedita estava sendo posta como candidata apenas por sua cor, o que indicava uma tentativa de distorção dos

debates sobre representatividade política, também foi observada nos comentários feitos sobre Érika. Para alguns usuários, as pessoas estavam votando nela apenas por ela ser uma mulher trans e não porque ela teria algo a acrescentar ao cenário político.



De maneira semelhante ao que observamos nos casos de racismo e homofobia, aqui ambos os candidatos foram desqualificados, sendo alvo de transfobia, por usuários que liam seus corpos como ilegítimos para ocupar a esfera pública. Novamente, não estamos diante de discursos que pautam simplesmente ataques individuais, ainda que Hilton e Miranda sejam atacados também individualmente, não dar atenção a esses comportamentos significa ignorar **práticas violentas que acabam sendo normalizadas socialmente, fazendo o movimento de validação, em alguma medida, de que os grupos sociais subalternizados sejam alvos de violência política, eleitoral e de discursos de ódio.** ■ ■ ■



5



LEGISLAÇÃO E VIOLÊNCIA POLÍTICA



ANTES DE INICIAR ESSE TÓPICO, vale lembrar que o Brasil ratificou em 1996 a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, e em 2002 a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, que incluem no rol de violência contra a mulher os atos que a impedem de exercer seus direitos políticos. Alguns dos projetos de lei que tramitam hoje no Congresso Nacional buscam justamente **criar mecanismos para coibir e prevenir a violência política** contra a mulher nos termos desses tratados.

A Revista AzMina monitora, por meio de seu projeto Elas no Congresso, como os direitos das mulheres tramitam no Congresso Nacional. Diariamente esse monitoramento debruça-se sobre **projetos de lei** que têm como palavras-chaves termos que são frequentemente usados nos debates sobre gênero, seja sobre direitos sexuais e reprodutivos, participação política ou violência contra a mulher. O Elas no Congresso analisou os projetos criados pelos parlamentares que tratavam da participação de mulheres na política desde 2014. Até 2019, de 43 projetos, apenas três falavam de **violência política de gênero e discriminação político-eleitoral** – todos criados por mulheres.

No ano passado, diante do cenário das eleições municipais e dos diversos ataques aqui já mencionados direcionados a candidaturas femininas, surgiram no Congresso mais cinco projetos. São eles: o **PL 4963/2020**,³⁵ de iniciativa da deputada Margarete Coelho (PP-PI) e assinado por diversos parlamentares; o **PL 5136/2020**,³⁶ da deputada Rejane Dias (PT-PI); o **PL 5295/2020**,³⁷ de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), que foi vítima de diversos ataques e ameaças na última legislatura; o **PL 5587/2020**,³⁸ da deputada Shéridan (PSDB-RR); e o **PL 5611/2020**,³⁹ único de iniciativa de um homem, o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP). Os quatro primeiro tramitam agora pensados ao **PL 349/2015**,⁴⁰ da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), que aprovado pelos deputados e deputadas em dezembro de 2020 segue agora para análise dos senadores e senadoras. Os cinco projetos de lei sobre violência política de gênero foram avaliados por organizações parceiras do Elas no Congresso, que classificam e analisam os projetos de lei. Retratamos aqui os

pontos levantados não só por AzMina e InternetLab, mas também nas discussões das organizações TRETAqui e Themis sobre os PLs no âmbito do Elas no Congresso.

Em primeiro lugar, chama a atenção que alguns desses projetos de lei concentram-se em definir as condutas que implicam em violência política e em quais seriam as **punições para os eventuais infratores** sem abarcar, no entanto, as **políticas de proteção para as vítimas**. Vale mencionar que a Lei Maria da Penha,⁴¹ considerada uma das três melhores leis do mundo que tratam sobre a violência contra a mulher, foi criada para atender toda a complexidade de questões envolvidas na violência doméstica: a educação em relação ao assunto, a proteção da mulher, a assistência para a vítima, a punição e a reabilitação do agressor. Para criar **políticas de combate à violência contra a mulher**, incluindo a violência política de gênero, é preciso atentar-se a todas essas questões.

Além disso, entre os projetos, há pouco consenso sobre a **violência política que acontece online**: enquanto alguns sugerem penas maiores para crimes cometidos na internet, outros não dimensionam ou mencionam essa esfera, algo que consideramos essencial. Outro ponto importante é a caracterização do que é violência política de gênero. O PL 5587/2020, por exemplo, limita a violência política ao ato de caluniar, injuriar, difamar ou ofender a honra e ou a imagem da mulher em razão da condição de ser mulher. Na prática, a violência política vai bastante além disso.

O PL 5611/2020 também traz uma discussão importante: ele sugere que “o homem” que comete qualquer uma das ações identificadas como violência política de gênero tenha seus **direitos políticos ou mandato cassados**. É importante pensar que a violência política de gênero não é cometida apenas por homens.

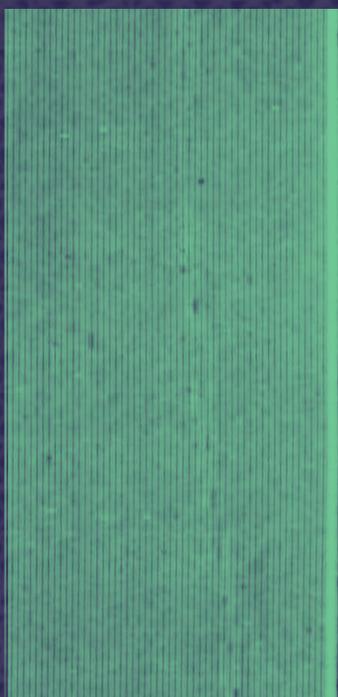
De maneira geral, no entanto, todos os projetos trazem **avanços na discussão sobre violência política de gênero**. Precisam ser debatidos detalhadamente, mas também precisam avançar no Congresso para que tenhamos, enfim, alternativas de combate a esse tipo de prática. ■■■



6



RECOMENDAÇÕES





A VIOLÊNCIA POLÍTICA PERMEIA e constitui o cenário político brasileiro, desenhando-se, portanto, a partir de ações constantemente presentes nos pleitos eleitorais e fora deles. Apoiando-nos nos dados explorados no relatório, compreendemos que, se por um lado, essa prática acontece se baseando em desigualdades que pré-existem ao cenário eleitoral — tais como as desigualdades de gênero, étnico-raciais, LGBTfóbicas e etárias —, por outro lado, a **disseminação de discursos de ódio e de outras formas de violência que ocorrem na esfera online** contribuem para reforçar noções que sustentam a **hierarquização entre diferentes grupos sociais**.

É importante sublinhar que o reforço de hierarquizações historicamente construídas e re-afirmadas por atos discursivos que são produzidos nas plataformas podem nos **conduzir socialmente para a expansão de pensamentos que fazem leituras de alguns corpos e modos de existência como inferiores**, o que os tornaria, desse ponto de vista, **seres ilegítimos para ocupar postos políticos que são direcionados para outros tipos humanos**.

Essas constatações, no entanto, convivem com algumas informações importantes sobre o Brasil no cenário mundial:

- O país é considerado um dos mais avançados em discussões sobre Internet e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), pois tem ampliado essas discussões nos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), e adotado normas que buscam estudar, compreender e regular os reflexos de tais inovações tecnológicas. Nos últimos 10 anos, foram discutidos e implementados leis e decretos sobre crimes informáticos e contratação no comércio eletrônico, além do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que inauguraram um novo momento para a garantia de direitos digitais no país.
- Da mesma forma, o Brasil, com um histórico de protagonismo internacional em matéria de gênero e raça, é considerado um dos países com a legislação mais avançada na prevenção, combate, sanção e reparação de desigualdades sociais como o sexismo e o racismo. Vale apontar, entretanto, que esse protagonismo encontra limites no âmbito da aplicação da legislação no Judiciário.

- Além disso, o país é signatário de diversas normas internacionais, e adequou a sua legislação interna para assegurar direitos políticos e eleitorais a todas as pessoas capazes (sem distinção de qualquer natureza).

Os três pontos acima, somados às preocupações que sublinhamos, no que diz respeito ao fato de a violência política, a violência eleitoral e os discursos de ódio serem impeditivos para que os cargos eletivos sejam ocupados de forma representativa por sujeitos pertencentes a diferentes grupos sociais, revelaram **a urgência em desenvolver e fortalecer estratégias especializadas para discutir e resolver tais questões.**

Diante desse cenário controverso, reunimos, a partir de um olhar direcionado aos grupos historicamente subalternizados, **8 recomendações aos setores envolvidos** que nos permitem vislumbrar um caminho de **combate, prevenção e acompanhamento da violência política.**

Legislativo

1 Aperfeiçoamento e adequação da legislação ordinária e eleitoral para o enfrentamento da violência política

Legislar sobre a prevenção, sanção e combate à violência política, em todos os âmbitos, deve se tornar uma das **pautas prioritárias do Poder Legislativo** após as eleições municipais de 2020. Para além dos discursos e práticas que já ocorriam fora da esfera digital, é notável a amplificação da violência política online direcionada a determinadas(os) candidatas(os) que são socialmente lidos a partir de desigualdades relacionadas a gênero, raça, etnia, sexualidade e geração. Esses marcadores aparecem de modo qualificado e recorrente nos discursos e práticas de violência política online, e reforçam desigualdades sociais históricas e estruturais, **pré-existentes ao processo eleitoral, à Internet e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)**, tais quais o sexismo, o racismo, o etarismo e a LGBTfobia.

Nesse sentido, compreendemos que é dever do Legislativo assegurar que as propostas de lei apresentadas e sancionadas para o enfrentamento da violência política partam de uma **perspectiva interseccional**, que reflita as articulações entre diferentes marcadores sociais, e que deem atenção especial à dimensão digital.

Além disso, é necessário que a **legislação vigente seja revisada e reformada**, a fim de ampliar e incluir preocupações a respeito de violência política em múltiplos diplomas. Isso deve ocorrer tanto na **legislação**

ordinária quanto na legislação eleitoral, já que esta última lida apenas com períodos eleitorais e, mesmo neles, é possível que a competência da Justiça Eleitoral seja afastada, a depender do agente e do tipo de violência.

No que diz respeito à legislação eleitoral, sugerimos que os dispositivos do Código Eleitoral que lidam com proibições na propaganda eleitoral incluam uma disposição específica para enfrentar discursos que mobilizem preconceitos sexistas, LGBTfóbicos e racistas. Os conceitos devem seguir, na medida do possível, aqueles já existentes na Lei n. 7.716/89. Com isso, teríamos mais recursos disponíveis para, durante o período eleitoral, lidar com esses conteúdos para além da chave da injúria, difamação e calúnia (que individualizam a questão e não colocam as discriminações diretamente em jogo), na celeridade que é necessário, quando forem provenientes de campanhas e candidatos.

No âmbito da legislação ordinária, há que se avançar em um **marco legislativo que dê conta tanto de manifestações de sexismo para além do âmbito da violência doméstica**, quanto para as dimensões interseccionais desse tipo de violência. Esse marco deve existir sem prejuízo da legislação já vigente sobre discriminações, e alinhado aos tratados e recomendações do sistema internacional de proteção dos direitos humanos.

Judiciário

2 Aplicação de legislação que verse sobre violência política, antirracismo e antiLGBTfobia na Justiça Comum e Eleitoral

Assegurar a participação democrática e a boa governança requer a **observância a marcadores sociais da diferença**, a partir de uma perspectiva interseccional. Nesse contexto, o Judiciário deve orientar a sua atuação contra todas as formas de desigualdade que possam comprometer o **exercício da democracia** e a **integridade do processo eleitoral, antes, durante e após as eleições**, garantindo a aplicação tanto da legislação ordinária quanto da legislação eleitoral contra a violência política e contra quaisquer práticas sexistas, racistas e LGBTfóbicas, entre outras, com atenção especial à dimensão digital.

Essa atuação deve demandar esforços da **Justiça Eleitoral**, mas não deve se limitar a esse ramo especializado do Poder Judiciário. É crucial que a **Justiça Comum** também atue para a investigação e resolução dos casos de violência política no âmbito de sua competência.

Para ambos os casos, recomendamos também que as capacitações oferecidas para membros do Poder Judiciário incluam informações

sobre violência política, discriminações e os respectivos caminhos jurídicos de enfrentamento, incluindo pela via civil, frequentemente esquecida quando tratamos desses temas.

3 Criação de unidades especiais ou forças-tarefa dedicadas ao enfrentamento da violência política no âmbito do Ministério Público

Os casos de violência política online devem ser tratados com **alto grau de celeridade**, por se tratar de prática que afeta não somente a dignidade das vítimas e fere diretamente e integralmente o sistema democrático, mas também pela rapidez de disseminação dos conteúdos em ambiente digital.

Por essa razão, sugerimos a criação de **unidades especiais (ou mistas) ou forças-tarefa no âmbito das competências do Ministério Público**, a fim de que esses casos possam ser tratados com a máxima celeridade e especialização, principalmente quando as vítimas necessitam de medidas emergenciais — garantindo que sejam ouvidas, atendidas e não revitimizadas.

Consideramos, também, que esses esforços devem ser centrados na tutela da vítima, para quem a necessidade de dividir as denúncias entre diferentes ramos do Poder Judiciário soma-se às dificuldades já inerentes na persecução de casos que frequentemente envolvem múltiplos ataques e múltiplos intermediários.

Recomendamos, igualmente ao que foi posto acima, que as **capacitações e treinamentos das equipes do Ministério Público incluam conteúdos sobre violência política**.

4 Aprimoramento dos canais de denúncia e fiscalização antes, durante e após o processo eleitoral

Um dos desafios relatados por candidatas(os) diz respeito à **denúncia de casos de violência política**. De acordo com pesquisa do Instituto Marielle Franco (2020), 78% das candidatas entrevistadas relataram ter sofrido violência política online nas eleições municipais de 2020, mas apenas 32,6% afirmaram ter denunciado a violência sofrida. Entre aquelas que não denunciaram, 17% afirmou sentir **medo ou insegurança para denunciar** e 6,8% relatou não ter denunciado por **não saber onde**. Segundo as candidatas, a violência ocorreu através de redes sociais, e-mail e aplicativos de mensagem, bem como em reuniões virtuais e lives. Algumas candidatas relataram ainda a disseminação de notícias falsas sobre si, seus familiares ou membros da campanha, além de invasão ou censura nas redes sociais.

Esses dados revelam o distanciamento entre a discussão e a prática quando se trata de violência política. É necessário que, para além

de alternativas independentes como o TRETAqui, o Poder Judiciário, em especial o Ministério Público, também **aprimore os seus canais de denúncia e fiscalização**, e dissemine a informação sobre **onde e como realizar tais denúncias**. Candidatas(os) devem se sentir seguras(os) para serem reconhecidas(os) como sujeitos políticos e para dar continuidade às suas carreiras políticas e, quando necessário, para denunciar casos de violência política, seja contra si mesmas(os), seja contra outras(os) candidatas(os). Esse deve ser **um direito inalienável** às pessoas no exercício da vida política e a seus eleitores antes, durante e após o processo eleitoral, de forma integral e continuada.

Alguns dos casos de que tratamos neste relatório poderiam levar a múltiplas denúncias, como de crimes cibernéticos (**Delegacias de Cibercrimes**), crimes contra as mulheres (**Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAMs**) e práticas indevidas ou ilegais no âmbito da Justiça Eleitoral (**Pardal**). **Tanto a concentração de denúncias em um só canal quanto a atuação integrada de canais são possibilidades viáveis**. Independente da criação de unidades especiais e de canais especializados, esses canais devem ser aperfeiçoados e adequados para acolher denúncias, investigar ou redirecionar os casos de violência política aos órgãos competentes.

Executivo

5 Incluir representação da Sociedade Civil, do Setor Privado, do Legislativo e do Judiciário em debates sobre Internet, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e violência política

O Poder Executivo deve dar suporte a todas as estratégias que versem sobre a violência política e eleitoral discutidas e implementadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário. Tal suporte pode compreender **suporte técnico, disposição de recursos humanos e financeiros**, e principalmente a **inclusão obrigatória e irrestrita** a representantes da Sociedade Civil, do Setor Privado, do Legislativo e do Judiciário em debates que culminem em revisão, desenvolvimento e sedimentação de entendimentos sobre internet, TICs e violência política.

A observância à inclusão dos diferentes Poderes e Setores possibilita que esses debates representem a **pluralidade técnica e teórica** mais abrangente e avançada em cada temática, e, conseqüentemente, enseje na implementação de políticas públicas precisas contra a violência política online. Importante destacar que as representações não devem se sobrepor e impor entendimentos a fim de defender seus interesses pessoais e institucionais.

A longo prazo, compreendemos que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) também pode contribuir com esse suporte, desempenhando um **papel educativo** na propagação desses e de futuros debates que versem sobre Internet, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e violência política online.

Plataformas e Provedores de Aplicação de Internet

6 Facilitar a denúncia, melhorar a resposta, aprofundar a transparência quanto a atividades de moderação de conteúdo e melhorar ferramentas de controle de experiência

As empresas responsáveis por plataformas e provedores de aplicação de internet devem se comprometer com a legislação nacional e internacional que versa sobre a garantia e a proteção de direitos. Citamos aqui o **Marco Civil da Internet** e a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, e os **Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs)** da Organização das Nações Unidas (ONU).

Diante dos casos reportados neste relatório e do fato de que vários conteúdos de teor extremamente discriminatório continuam no ar no momento da publicação, recomendamos às plataformas:

- a.** Que integrem as políticas de combate a discurso de ódio às suas políticas de integridade eleitoral, de forma a dar visibilidade interna e centralidade na solução desse tipo de problema durante o período das eleições;
- b.** Que facilitem a denúncia, criando mecanismos simples que evitem que as vítimas precisem denunciar conteúdo por conteúdo, o que se mostra inviável em muitos casos de ataques em massa ou de volume muito elevado de agressões;
- c.** Que invistam nas atividades de moderação, dando respostas mais rápidas e mais adequadas nos incidentes de denúncia;
- d.** Que desenvolvam ferramentas que permitam que as candidatas tenham mais controle de sua experiência na internet, como, por exemplo, denúncias de múltiplos conteúdos, limitação de quem pode responder às postagens, etc. Essas medidas devem ser pensadas com cuidado, em especial em se tratando de contas de pessoas que ocupam cargos públicos, para que não sirvam como forma de excluir adversários políticos do debate.

- e. Que sejam **transparentes sobre os procedimentos e informem**, tanto a quem teve conteúdo removido quanto a quem denuncia, as razões da decisão e as possibilidades de recurso;
- f. Que ofereçam relatórios de **transparência sobre remoção de conteúdos** abrangendo especificamente o período eleitoral;
- g. Que realizem campanhas de **conscientização** contra a violência política online, dando ênfase para as consequências de tal prática dentro e fora das plataformas.

Em relação aos canais de denúncias, ao menos durante o período em que se realiza o processo eleitoral, também é necessário que as plataformas incluam a **violência política como item específico de denúncia**. Isso facilitará a identificação, a denúncia e o suporte ao combate e prevenção à violência política. Poderá também contribuir para a investigação e a resolução de tal prática pelo Judiciário, caso as denúncias sejam organizadas, concentradas e disponibilizadas aos usuários ofendidos e à Justiça Comum ou Eleitoral.

Sociedade Civil

7 Ampliar o rol de pesquisas interdisciplinares e interseccionais sobre as dimensões da violência política

É essencial identificar o modo como a violência política ocorre nos processos eleitorais, em particular na dimensão digital, considerando os marcadores sociais da diferença que têm estruturado historicamente e de modo sistemático a sociedade brasileira, como o gênero, a raça, a etnia, a sexualidade e a geração. Ainda que o **MonitorA** — e iniciativas como a do Outras Vozes⁴², TretAqui⁴³, do Instituto Marielle Franco⁴⁴, da Terra de Direitos e da Justiça Global⁴⁵ e da ONU Mulheres⁴⁶, entre outras — reúnam esforços para a **compreensão, discussão e difusão** do que é e de como se configura a violência política online, é necessário que a Sociedade Civil aplique recursos humanos e financeiros para a **ampliação do rol de pesquisas interdisciplinares e produzidas a partir de perspectivas interseccionais sobre as dimensões da violência política**. Especialmente em sua dimensão digital, a violência política é ainda uma **questão recente no campo legislativo e judiciário**, e sua discussão pode se desdobrar em diferentes vertentes, incluindo uma gama de **possibilidades e oportunidades** de pesquisa e políticas públicas.

8 Criar e fortalecer redes sobre eleições e violências (política e eleitoral, de gênero, de raça etc.)

Em paralelo à ampliação do rol de pesquisas sobre as dimensões da violência política, é importante que sejam criadas e fortalecidas **redes da Sociedade Civil em pesquisa, lobby e advocacy** sobre eleições e as diferentes modalidades de violência que emergem durante o processo eleitoral, seja esta a violência política ou eleitoral, violência de gênero, violência racial, violência LGBTfóbica etc.. Tais redes devem prezar pelo respeito à **pluralidade de debates, ideias e representações** – tal qual os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo – a fim de fortalecer o exercício da democracia e a discussão, prevenção, sanção e combate à violência política online. Para isso, é também necessário que essas redes estejam cientes da sua responsabilidade e papel para **identificar, entender e dialogar** com diferentes atores da Sociedade Civil, do Setor Privado e dos Três Poderes para articular estratégias e políticas que reflitam a opinião e o interesse público, dos atores e das vítimas.

Ainda que tenhamos a convicção de que a superação dessas violências só se dará de forma completa mediante profundas mudanças estruturais e culturais no que diz respeito às desigualdades de gênero, nosso objetivo ao realizar essas recomendações é contribuir para a política institucional como um ambiente em que diferentes representatividades sociais possam conviver, corroborando com atos democráticos que viabilizem a escuta e a existência política de grupos sociais diversos.

Se as pessoas não têm espaço para competir, e as instituições demoram para agir, a integridade eleitoral e democrática já foi violada e deixa de existir.

Assim, consideramos que todos os dados e recomendações aqui descritos devem ser discutidos, ampliados, revisados e consultados publicamente em todos os âmbitos multissetoriais, com a finalidade de mitigar riscos, identificar padrões, encontrar denominadores comuns e ponderar as melhores estratégias para o presente e futuro da democracia brasileira. ■ ■ ■



7



MATÉRIAS PRODUZIDAS PELO MONITORA



“Gorda”, “porca”, “burra”: candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral



A violência política e o discurso sexista contra as mulheres se encontraram e se espalharam nas redes durante as eleições — sem escolher partido ou espectro político. Candidatas à prefeitura acompanhadas pelo MonitorA receberam uma média de 40 tuítes diários com ofensas. No geral, os xingamentos faziam alusões aos corpos das candidatas, sua intelectualidade, saúde mental ou aos aspectos morais de suas vidas. Muitos são misóginos, racistas, lesbo, trans e homofóbicos.

Mulheres negras são o principal alvo da violência política nas redes sociais em eleições na Bahia



Em um ano de recordes femininos na disputa pelos espaços de poder e decisão, em que as campanhas se reinventam nas ruas e nas redes, a violência política de gênero se intensificou na direção de mulheres

candidatas a prefeituras e câmaras municipais de todo o país. Na Bahia, ela atingiu, sobretudo, as candidaturas de mulheres negras e LGBTQI+. Foram ataques misóginos, racistas, transfóbicos, que fizeram uso de campanhas de desinformação e até ataques hackers.

Candidatas das periferias de SP sofrem ataques virtuais e intimidação durante disputa eleitoral



Erika Hilton, mulher negra e trans, foi a candidata ao legislativo paulistano mais ofendida no Twitter durante a campanha eleitoral. Ela é a terceira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara de São Paulo e a primeira mulher trans. Na análise do MonitorA, 8,5% dos tuites direcionados à candidata tinham xingamentos, muitos deles com caráter transfóbico. Assim como Erika, outras candidatas das periferias de São Paulo e negras também foram atacadas no ambiente digital.

Maternidade, idade e sexualidade tornam candidatas alvos de ataques nas redes sociais em MG



Ser mãe. Ser uma mulher preta. Ser feminista. Ter mais de 60 anos e continuar atuando politicamente. Ser lésbica. Nenhuma dessas características versa sobre a capacidade dessas mulheres de

assumirem cargos públicos de poder. Mas foram esses os alvos dos ataques que candidatas de Minas Gerais receberam nas redes sociais durante o primeiro turno da campanha.

Em Santa Catarina, 61% das candidatas dizem já ter sofrido violência política de gênero



O apelo à diversidade na política e à ampliação das vozes nos espaços de poder tem tensionado a política partidária e escancarado inúmeras formas de violência de gênero no Brasil, especialmente contra candidaturas que carregam no corpo e na fala essa pauta. No primeiro turno em Santa Catarina, cinco das nove candidatas monitoradas, de partidos como PT, PSOL, NOVO, PCdoB e MDB, foram alvo de xingamentos na rede.

Ataques a candidatas se estendem a apoiadoras no 2º turno das eleições



Ao chegar no segundo turno na disputa pela Prefeitura de Porto Alegre, Manuela D'Ávila (PCdoB) assumiu a liderança de um ranking lamentável: é, de longe, a candidata no País que mais recebeu ofensas no Twitter e no Instagram durante os últimos dias da campanha eleitoral. E no segundo turno, além de ser alvo de xingamentos que fazem alusões a sua intelectualidade, ideologia política, saúde mental ou aos aspectos morais de sua vida, a violência política de gênero se estendeu também às suas apoiadoras.

De tiros a agressões nas ruas: no Pará, violência política contra mulheres extrapola as redes



A violência política de gênero e os ataques às candidatas mulheres não acontecem apenas no mundo on-line. Nas redes sociais, o MonitorA mostrou que candidatas chegam a receber mais de 40 xingamentos por dia. Mas essa é uma ponta da violência de política de gênero, que fora da internet ganha forma de atentados e ameaças físicas.

Violência política de gênero: as diferenças entre os ataques recebidos por mulheres e seus oponentes



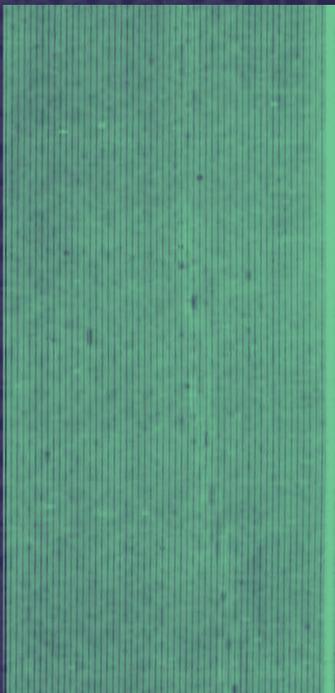
A análise dos discursos direcionados a homens e mulheres candidatas no segundo turno das eleições espelham uma característica comum da violência política de gênero: as mulheres alvos de ataques pelo que supostamente são — características físicas, intelectuais, morais —, enquanto, geralmente, os homens são ofendidos pelo que fazem, seja por trabalhos que já realizaram ou por posicionamentos que adotaram.



8



IMPACTO





UM DOS IMPACTOS DO MONITORAMENTO já identificados foi dar insumos às candidatas ofendidas para que elas tenham a dimensão da violência sofrida — um conhecimento que acaba sendo empírico no dia a dia.



“A divulgação do MonitorA teve impacto porque, aquilo que eu estava sentindo no dia a dia, foi quantificado. Não era simplesmente um bando de malucos tuitando e me atacando no primeiro turno da campanha, deu pra ver que era algo orquestrado, organizado. Quantificar isso, fez com que minha equipe jurídica ficasse ainda mais atenta a tudo o que estava acontecendo. Alguns comentários ofensivos foram retirados e denúncias foram feitas às plataformas”, Joice Hasselmann, deputada federal e candidata à prefeitura de São Paulo pelo PSL.

DIÁLOGOS

DIÁLOGOS – ASSÉDIO E MACHISMO NA POLÍTICA

Joice Hasselmann: aprendi na prática que existe violência política de gênero no Brasil

Nós enfrentamos batalhas simplesmente porque somos mulheres

por [Joice Hasselmann](#)

Érika Hilton (PSOL), vereadora eleita em São Paulo e parlamentar mais bem votada do País, em 2020, ingressou com uma ação judicial contra 50 pessoas que a agrediram pela internet.



Em entrevista ao [Jornal da Tarde da TV Cultura \(08/01/2021\)](#), a parlamentar destacou que os dados do MonitorA baseou sua decisão:



“Quando eu descobri via InternetLab e Revista AZMina que até então, eu era a candidata mais atacada, fiquei muito assustada. Nós fomos fazendo um rastreamento dessas ofensas e humilhações desses xingamentos, todos eles com cunho misógeno, transfóbico e racista”
Érika Hilton, vereadora de São Paulo pelo PSOL.

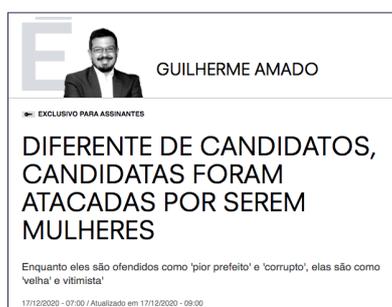
A candidata Manuela D'Ávila também utilizou dados no MonitorA durante o [debate realizado no segundo turno](#) pela rede RBS de Televisão, afiliada Rede Globo em Porto Alegre.



Clipping

Entre novembro de 2020 – quando o observatório foi lançado – até janeiro de 2021, foram divulgadas 58 reportagens sobre ou que citavam o **MonitorA** em veículos jornalísticos de todo o País. Além de divulgarem os dados de violência identificados no estudo, as publicações também ampliaram a discussão, ouvindo outras fontes e pautando o tema no debate público.

É importante destacar alguns veículos com alcance nacional, como o jornal da CNN, os jornais o Estado de São Paulo e a Folha de S.Paulo, o portal Uol e as revistas Época e Carta Capital, por exemplo.



VEÍCULO	LINK
Jovem Pan	https://jovempan.com.br/noticias/politica/gorda-porca-e-burra-candidatas-recebem-quase-11-mil-tuites-ofensivos-em-um-mes-de-campanha-eleitoral.html
Época	https://epoca.globo.com/guilherme-amado/candidatas-prefeita-vereadora-receberam-11-mil-ofensas-em-um-mes-de-campanha-24729453
Congresso em Foco	https://congressoemfoco.uol.com.br/opinio/colunas/a-violencia-politica-e-o-crescimento-do-discurso-de-odio-nas-eleicoes/
A Tarde	http://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/noticias/2145221-candidatas-sao-alvos-de-ofensas-e-xingamentos-nas-redes-sociais

Correio do Estado	https://correiodoestado.com.br/colunistas/%E2%80%9Ce-um-homem-que-luta-pelo-interesse-do-brasil%E2%80%9D/379072
Portal dos Jornalistas	https://www.portaldosjornalistas.com.br/azmina-passa-a-monitorar-discurso-de-odio-contra-candidatas-nas-eleicoes-2020/
Pense numa Notícia	https://pensenumanoticia.com.br/projeto-da-azmina-em-parceria-com-o-instituto-update-e-internetlab-monitora-o-discurso-de-odio-contra-candidatas-nas-eleicoes-de-2020/
Aner	https://www.aner.org.br/anj-aner-informativo/instituto-azmina-lanca-ferramenta-para-monitorar-violencia-politica-contra-mulheres-nas-eleicoes-municipais.html
Bahia Econômica	https://bahiaeconomica.com.br/wp/2020/11/06/candidatas-sao-alvo-de-ofensas-nas-redes-sociais/
Vida e Ação	https://www.vidaacao.com.br/candidatas-sao-alvos-de-ataques-em-redes-sociais/
Vocativo	https://vocativo.com/2020/11/05/eleicoes-candidatas-recebem-quase-11-000-tuites-ofensivos-em-um-mes-de-campanha/
Revista Galileu	https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/11/candidatas-recebem-quase-11-mil-tweets-ofensivos-em-um-mes-de-campanha.html
BNews	https://www.bnews.com.br/noticias/politica/eleicoes/286068,um-em-cada-dez-tuites-enviados-a-candidatas-mulheres-tem-conteudo-ofensivo-e-xingamentos.html
Portal Imprensa	https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/84001/instituto+azmina+lanca+ferramenta+para+ monitorar+ violencia+politica+contra+mulheres+nas+ eleicoes+municipais
Amazonas Atual	https://amazonasatual.com.br/candidatas-de-sete-estados-recebem-11-mil-tuites-ofensivos-em-um-mes/
Bahia.BA	https://bahia.ba/eleicoes2020/candidatas-a-prefeita-e-vereadora-receberam-11-mil-ofensas-em-um-mes-de-campanha/
Portal Rosa Choque	https://www.portalrosachoque.com.br/noticias/9600/candidatas-recebemquase-11000-tuites-ofensivos-em-um-mes-de-campanha/
Bahia Jornal	https://www.bahiajornal.com.br/noticia/4090/instituto-azmina-e-internetlab-lancam-o-monitora-n-observatorio-de-violencia-politica-de-genero
Cenário Minas	http://cenariominas.com.br/brasil/candidatas-recebem-quase-11-000-tuites-ofensivos-em-um-mes-de-campanha/
Roma News	https://www.romanews.com.br/eleicoes/monitoramento-de-redes-sociais-revela-violencia-preconceito-e-racismo/98604/
Jornal da Chapada	https://jornaldachapada.com.br/2020/11/05/eleicoes2020-candidatas-a-prefeita-e-vereadora-receberam-11-mil-ofensas-em-um-mes-de-campanha/
Guia Certo Sousa	https://www.guiacertousa.com/mundo/candidatas-a-prefeita-e-vereadora-receberam-11-mil-ofensas-em-um-mes-de-campanha/

Pernambué	https://pernambuesagora.com.br/noticia/brasil/230326-candidatas-a-prefeita-e-vereadora-receberam-11-mil-ofensas-em-um-mes-de-campanha
Gaúcha ZH	https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2020/11/porca-burra-vagabunda-candidatas-sao-alvo-de-pelo-menos-40-ofensas-por-dias-redes-sociais-ckh567d3s0066016g0dll1o04.html
Etc Notícias	https://etcnoticias.com.br/2020/11/05/violencia-de-genero/
Blog do Roberto Santos	http://www.blogdorobertosantos.com.br/candidatas-a-prefeita-e-vereadora-receberam-11-mil-ofensas-em-um-mes-de-campanha/
PE Notícias	http://penoticias.com.br/blog/candidatas-a-prefeita-e-vereadora-receberam-11-mil-ofensas-em-um-mes-de-campanha/
CNN Brasil	https://www.youtube.com/watch?v=pCpNZDm9H_8
CBN	https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/324279/violencia-politica-de-genero-nao-escolhe-espectro-.htm
TV Cultura	https://www.youtube.com/watch?v=aDjhI02D2I8
Época	https://epoca.globo.com/guilherme-amado/diferente-de-candidatos-candidatas-foram-atacadas-por-serem-mulheres-1-24800352
PT	https://pt.org.br/2o-turno-monitoramento-aponta-violencia-de-genero-contra-as-mulheres-candidatas/
Rede Brasil Atual	https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/11/manuela-davila-violencia-politica-contra-mulheres/
PCdoB	https://pcdob.org.br/noticias/manuela-fala-da-violencia-politica-de-genero-em-entrevista/
O Vale	https://www.ovale.com.br/_conteudo/politica/sessao_extra/2020/11/118071-sessao-extra--loreny-diz-que-foi-terceira-candidata-mais-atacada-nas-redes-sociais-no-brasil.html
Portal Imprensa	https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/84058/pesquisas+revelam+crescimento+de+ataques+a+mulheres+na+politica+e+de+campanha+sobre+fraude+nas+eleicoes
UOL	https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/12/05/fake-news-em-2020-repetem-2018-misoginas-e-reforcando-a-polarizacao.htm
Carta Capital	https://www.cartacapital.com.br/politica/manuela-x-melo-eleicoes-em-porto-alegre-foram-marcadas-por-fake-news/
A Gazeta	https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/poucasampboas-campeao-de-levantamento-de-peso-quer-ser-prefeito-no-es-1120
PT Piauí	https://ptpiaui.org.br/2020/12/01/2o-turno-monitoramento-aponta-violencia-de-genero-contra-candidatas/
Congresso em Foco	https://congressoemfoco.uol.com.br/opinio/colunas/justica-eleitoral-fez-pouco-contra-desinformacao-violencia-politica-e-uso-de-dados/
Pensar Piauí	https://pensarpiaui.com/noticia/manuela-davila-na-politica-violentar-mulheres-e-utilizar-o-machismo-da-certo.html

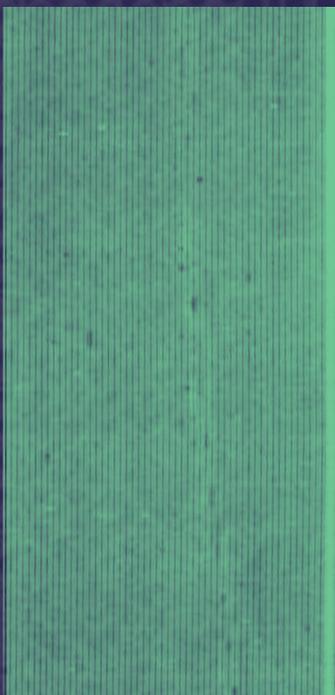
Carta Maior	https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Violencia-politica-marca-eleicoes-e-mandatos-conquistados-por-mulheres/4/49197
Jornal GGN	https://jornalggn.com.br/politica/a-falacia-do-nem-direita-nem-esquerda-e-as-regras-do-sistema-politico-brasileiro/
Rede Brasil Atual	https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/11/manuela-davila-porto-alegre-prefeitura/
Poder 360	https://www.poder360.com.br/opinioao/brasil/a-vida-nada-facil-das-mulheres-eleitas-por-adriana-vasconcelos/
Agência Mural	https://www.agenciamural.org.br/eleit-os-das-periferias-para-camara-de-sp-tem-estrelantes-bancadas-coletivas-e-velha-guarda/
Gente	https://gente.globo.com/representatividade-e-diversidade-nas-eleicoes-2020/
Nexo	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/12/01/Como-as-campanhas-virtuais-revelam-a-viol%C3%Aancia-de-g%C3%AAnero
TV Cultura	https://www.youtube.com/watch?v=Q9Z1td0VVio
MyNews	https://canalmynews.com.br/dialogos/joice-hasselmann-aprendi-na-pratica-que-existe-violencia-politica-de-genero-no-brasil/
Folha Vitória	https://www.folhavoria.com.br/politica/noticia/01/2021/violencia-atinge-75-de-candidatas-a-prefeita-em-capitais
Terra	https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/violencia-atinge-75-de-candidatas-a-prefeita-em-capitais,4ee119d1c974afd744c9ac0ff45e58c2u0qvodyo.html
UOL	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/01/10/violencia-atinge-75-de-candidatas-a-prefeita-em-capitais.htm
Agência Estado	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,violencia-atinge-ao-menos-75-de-candidatas-a-prefeita-em-capitais,70003576342
Estadão	Impresso
Estadão	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ha-resistencia-dos-partidos-em-querer-incluir-as-mulheres-diz-pesquisadora,70003576347
MyNews	https://canalmynews.com.br/politica/mulheres-na-politica-conquistam-espacos-e-desafiam-violencia-de-genero-e-racismo/



9



REFERÊNCIAS



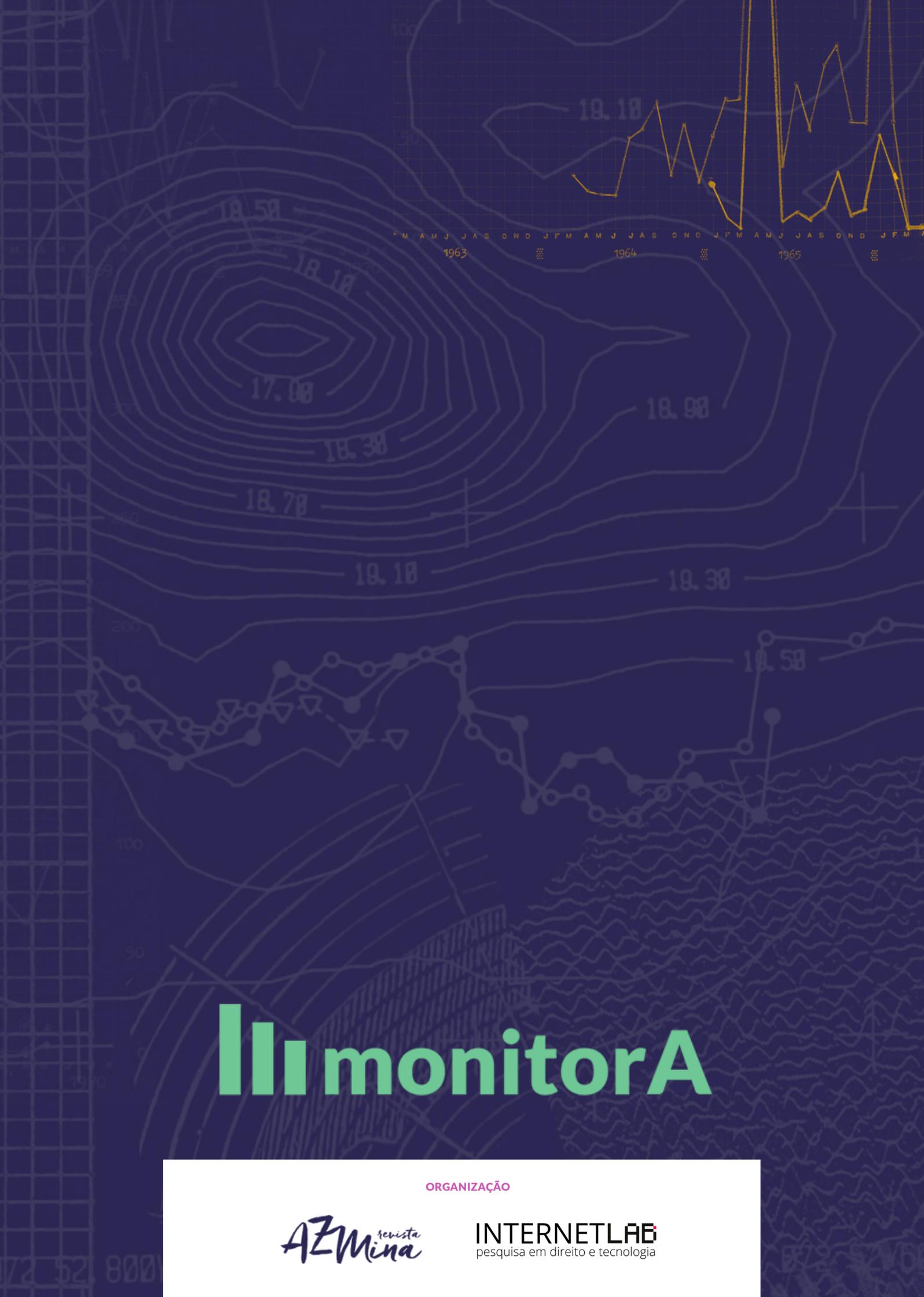


- 1 Saiba mais em: <https://azmina.com.br/projetos/elas-no-congresso/>. Acesso em: 19 fev. 2021.
 - 2 Ver mais em NERIS, Natália (coord.); VALENTE, Mariana; BRITO CRUZ, Francisco; OLIVA, Thiago (colab.). Outras Vozes: Gênero, Raça, Classe e Sexualidade nas Eleições de 2018. InternetLab, São Paulo, 2019.
 - 3 FERNANDES, Manuel. Análise: A nova esquerda digital. O Estado de São Paulo, 15 nov. 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,analise-a-nova-esquerda-digital,70003514751>. Acesso em: 18 fev. 2021.
 - 4 TAVARES, Joelmir. Eleição na pandemia joga luz sobre campanha na internet, horário de TV e discurso certo. Folha de São Paulo, 02 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/eleicao-na-pandemia-joga-luz-sobre-campanha-na-internet-horario-de-tv-e-discurso-certo.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2021.
 - 5 TSE permite live de Caetano Veloso para apoiar Guilherme Boulos e Manuela D'Ávila. Money Times, 05 nov. 2020. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/tse-permite-live-de-caetano-veloso-para-apoiar-guilherme-boulos-e-manuela-davila/>. Acesso em: 18 fev. 2021.
 - 6 LIVE de Boulos jogando Among Us com Felipe Neto atrai 500 mil pessoas. A Tarde UOL, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/2147246-live-de-boulos-jogando-among-us-com-felipe-neto-atrai-500-mil-pessoas>. Acesso em: 18 fev. 2021.
 - 7 FORTINET. Threat Intelligence Insider Latin America. Disponível em: <https://www.fortinetthreatinsiderlat.com/pt/Q4-2019/BR/html/trends>. Acesso em: 19 fev. 2021.
 - 8 BRITO CRUZ, Francisco et al. Internet e eleições no Brasil: diagnósticos e recomendações. InternetLab, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2019/09/policy-infopol-26919_4.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.
 - 9 Ibid.
 - 10 BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das D. C.; VAGGIONE, Juan M. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p.137
 - 11 LAURIS, Élica; HASHIZUME, Maurício. Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021;
- MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. Cadernos Pagu, Campinas, n. 14, p. 13-44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635341>. Acesso em: 18 fev. 2021.

- 12 INSTITUTO MARIELLE FRANCO. A Violência Política Contra Mulheres Negras: Eleições 2020. 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos/pesquisa-instituto-marielle-franco>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- 13 LAURIS, Éliada; HASHIZUME, Maurício. Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.
- 14 LAURIS, Éliada; HASHIZUME, Maurício. Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020, p. 13. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.
- 15 LAURIS, Éliada; HASHIZUME, Maurício. Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020, p. 13. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.
- 16 KROOK, Mona L.; SANÍN, Juliana R. Gender and political violence in Latin America: Concepts, debates and solutions. Política y gobierno, Ciudad de México, v. 23, n. 1, p. 125-157, set. 2016. Disponível em: http://mlkrook.org/pdf/pyg_2016.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.
- 17 MCCLINTOCK, Anne. Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- 18 MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. Cadernos Pagu, Campinas, n. 14, p. 13-44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635341>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- SIMIÃO, Daniel S. Representando corpo e violência: a invenção da 'violência doméstica' em Timor-Leste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 133-145, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000200007&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 18 fev. 2021.
- WIEVIORKA, Michel. Violência hoje. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1147-1153, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500002. Acesso em: 18 fev. 2021.
- DAS, Veena. Life and Words: Violence and the descent into the ordinary. Berkeley: Editora University of California Press, 2007.
- VALENTE, Mariana; NERIS, Natália. Para falar de violência de gênero na internet: uma proposta teórica e metodológica. IN: NATANSOHN, G.; ROVETTO, F. (Orgs.). Internet e feminismos: olhares sobre violências sexistas desde a América Latina. Salvador: EDUFBA, 2019.
- 19 BARKER, Kim; JURASZ, Olga. Online Misogyny as a Hate Crime: a challenge for legal regulation?. New York: Routledge, 2019.
- 20 OLIVA, Thiago D. Minorias Sexuais e os Limites da Liberdade de Expressão: O Discurso de Ódio e a Segregação. 1 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2015.
- 21 Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 19 fev. 2021.

- 22 Mandado de Injunção n. 4733. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24353944/mandado-de-injuncao-mi-4733-df-stf>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- 23 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- 24 CAPPI, Juliano. Internet, big data e discurso de ódio: reflexões sobre as dinâmicas de interação no Twitter e os novos ambientes de debate político. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 204 f. 2017.
- 25 SOPRANA, Paula. Sem derrubar fake news, redes sociais apostam em TSE e denúncias de usuários na eleição. Folha de São Paulo, 06 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/sem-derrubar-fake-news-redes-sociais-apostam-em-tse-e-denuncias-de-usuarios-na-eleicao.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- 26 A classificação dos espectros ideológicos foi feita de acordo com pesquisa de 2019 realizada pelo Congresso Em Foco. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/direita-cresce-e-engole-o-centro-no-congresso-mais-fragmentado-da-historia/>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- 27 AMNESTY INTERNATIONAL. Toxic Twitter: A toxic place for women. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/research/2018/03/online-violence-against-women-chapter-1/>. Acesso em: 18 fev. 2021
- 28 Em português, “todas as vozes têm o poder para impactar o mundo”.
- 29 FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Bahia: Editora Edufba, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- 30 COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan. 2016.
- 31 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- 32 OLIVEIRA, Isabela V.; SOUSA, Fernanda K. M. “Podem duas mulheres falar sobre masculinidades?": entre saberes localizados e a reflexão sobre múltiplas masculinidades. Revista Periódicus, Salvador, v. 1, n. 13, p. 25-43, mai./ago, 2020.
- 33 BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010
- 34 FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. Cadernos Pagu, Campinas, n. 17-18, p. 9-79, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000100002&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 19 fev. 2021.
- 35 Projeto de Lei nº 4963 de 2020. Estabelece normas para prevenir, sancionar e combater a violência política contra mulheres ou em razão de gênero. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node018jmr1amqs83o1ntavhazmrueg3119176.node0?codteor=1936970&filename=PL+4963/2020. Acesso em: 19 fev. 2021.
- 36 Projeto de Lei nº 5136 de 2020. Cria mecanismos para coibir a violência e a discriminação política contra a mulher e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1941371&filename=PL+5136/2020. Acesso em: 19 fev. 2021.

- 37 Projeto de Lei nº 5295 de 2020. Cria mecanismos de enfrentamento ao assédio e à violência política contra mulheres candidatas e no exercício da vida política. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1944538&filename=PL+5295/2020. Acesso em: 19 fev. 2021.
- 38 Projeto de Lei nº 5587 de 2020. Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, para incluir causa de aumento de pena nos crimes de calúnia, injúria e difamação eleitorais, quando praticados com abrangência difusa ou coletiva, como rádio, televisão ou internet e ou em virtude de violência política contra a mulher. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1954272&filename=PL+5587/2020. Acesso em: 19 fev. 2021.
- 39 Projeto de Lei nº 5611 de 2020. Estabelece punição à violência política e profissional de gênero e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1954780&filename=PL+5611/2020. Acesso em: 19 fev. 2021.
- 40 Projeto de Lei nº 349 de 2015. Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1300107&filename=PL+349/2015. Acesso em: 19 fev. 2021.
- 41 Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 19 fev. 2021.
- 42 NERIS, Natália (coord); VALENTE, Mariana. Gênero, raça e classe nas eleições de 2016. InternetLab, São Paulo, 2017.
NERIS, Natália (coord.); VALENTE, Mariana; BRITO CRUZ, Francisco; OLIVA, Thiago (colab.). Outras Vozes: Gênero, Raça, Classe e Sexualidade nas Eleições de 2018. InternetLab, São Paulo, 2019.
- 43 TRETQUI. Relatório descritivo de denúncias: plataforma Tretqui.org – Contribuição para a missão de observação eleitoral da OEA. Disponível em: https://f875a4f1-7064-483b-87e1-9247eb6d225a.filesusr.com/ugd/a05314_37f4b1cae9f94656ad2b29a309223c5b.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.
- 44 INSTITUTO MARIELLE FRANCO. A Violência Política Contra Mulheres Negras: Eleições 2020. 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos/pesquisa-instituto-marielle-franco>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- 45 LAURIS, Élica; HASHIZUME, Maurício. Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.
- 46 ONU Mulheres Brasil. Newsletter 01 – Eleições Municipais de 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/11/OnuMulheres_VPCM_NEWSLETTER-01-ELEI%C3%87%C3%95ES-MUNICIPAIS-2020.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.



monitorA

ORGANIZAÇÃO

AZM revista
Mina

INTERNETLAB
pesquisa em direito e tecnologia